Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | São Paulo, quinta-feira, 26 de março de 2020 | Nº 24.632 | Preço banca: R$ 3,50

Tesouro recompra R$ 35,5 bilhões de títulos públicos em março

Programa executado pelo Tesouro Nacional em momentos de crise, a recompra de títulos públicos somou R$ 35,5 bilhões desde o último dia 12. Essa foi a maior atuação da história, superando a recompra de R$ 22 bilhões durante a greve dos caminhoneiros, em maio e junho de 2018.

Por meio do programa, o Tesouro compra de volta papéis que ainda não venceram para tranquilizar o mercado. Além de fornecer um referencial para os juros de mercado, essas operações reduzem as perdas de investidores com a oscilação de preços em papéis prefixados e indexados à inflação. Os recursos usados para as recompras vêm, em grande parte, do colchão da dívida pública, reserva financeira para ser usada em momentos de crise equivalente a cerca de seis meses de vencimento dos títulos públicos.

Segundo o Tesouro Nacional, não há um teto de atuação, e serão recomprados quantos títulos forem necessários. O órgão admitiu ser necessário alterar o Plano Anual de Financiamento (PAF), documento que projeta parâmetros para a dívida pública, lançado no fim de janeiro. O momento exato da alteração, no entanto, ainda depende de cálculos e de informações que estão sendo coletadas no mercado.

De acordo com o Tesouro, é possível que haja alterações em praticamente todos os indicadores do PAF. O órgão informou que não necessariamente haverá incremento na emissão de títulos atrelados à taxa Selic, os únicos papéis que não sofrem com a oscilação de mercado. É provável que os novos leilões sejam feitos com vencimentos mais curtos, para ajustar os lançamentos do Tesouro às atuais condições do mercado.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para cobrir as necessidades de financiamento. Em troca, compromete-se a devolver os recursos com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic, a inflação, o câmbio ou ser prefixada (definida com antecedência). Quanto maior a desconfiança, como em momentos de crise, maiores são as taxas de juros e menores os prazos de vencimento pedidos pelo mercado. (Agencia Brasil)

SP tem 48 óbitos e 862 confirmações de casos do novo coronavírus

Página 8

Bolsa sobe 7,5%, e dólar cai para R$ 5,03 em dia de trégua

Página 6

Banco Mundial e FMI pedem alívio de dívida para países mais pobres

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) emitiram na quarta-feira (25) uma carta conjunta solicitando "alívio imediato de dívidas aos países mais pobres do mundo". De acordo com o documento, a abrangência da pandemia de covid-19 vai além da esfera da saúde, e terá "consequências econômicas e sociais severas" para nações que abrigam largas parcelas de pessoas em condições desfavoráveis. Página 3

ONU lança apelo global de US$ 2 bi para ajudar países vulneráveis

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, lançou esta quarta-feira um plano global de resposta humanitária de US$ 2 bilhões para combater o covid-19 em vários países mais vulneráveis do mundo.

O novo coronavírus já infetou mais de 400 mil pessoas e causou mais de 16 mil mortes. Com presença em quase todo o mundo, está agora chegando a países que já enfrentavam crises humanitárias por causa de conflitos, desastres naturais e mudanças climáticas.

O plano será implementado pelas agências da ONU, em parceria com ONGs internacionais.

A iniciativa pretende fornecer equipamento de laboratório essencial para testar o vírus e suprimentos médicos.

Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com algumas nuvens. Não chove. 27º C / 14º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,03
Venda: 5,03

Turismo
Compra: 4,84
Venda: 5,24

EURO
Compra: 5,48
Venda: 5,48

Carga de energia do Brasil recua para níveis de fim de semana

Foto/Agencia Brasil

A demanda por eletricidade, importante indicador da atividade econômica, iniciou a semana com forte baixa no Brasil, em meio a medidas de isolamento decretadas por governos contra o coronavírus que levaram ao fechamento temporário de diversos negócios, cortando a carga de energia a níveis geralmente vistos em sábados ou domingos. A carga, uma soma do consumo de energia com as perdas na rede, somou 61,7 gigawatts médios na terça-feira (24), cerca de 2,55% abaixo da estimativa inicial do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para o dia. Página 3

Governo pede apoio de prefeitos para garantir abastecimento

Página 7

CNI pede estratégia nacional para comércio exterior

Página 3

Governo de São Paulo anuncia programa 'Merenda em Casa' para 700 mil alunos

Página 2

Esporte

Mundial Sub-20 de Atletismo de Nairóbi é adiado

Foto/ Fernanda Dalvoglio

Lissandra *Maysa Campos: salto em distância*

A Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) recebeu na quarta-feira (25) comunicado oficial da World Athletics (ex-IAAF) informando que o Mundial Sub-20 de Atletismo, previsto para o período de 7 a 12 de julho, em Nairóbi, Quênia, foi adiado. A decisão foi tomada pela WA em comum acordo com o Comitê Organizador e o governo do Quênia, em função da pandemia do COVID-19. Nova data será marcada.

No mesmo comunicado, a World Athletics informa que segue trabalhando com o Comitê Organizador para definir uma data alternativa para o Mundial Sub-20 e espera anunciá-la nas próximas semanas.

Em face da situação, a CBAt aguardará a nova data da competição para saber se haverá necessidade de alterar os critérios de convocação da equipe brasileira.

Sete atletas já conseguiram qualificação para o Mundial: Lucas Conceição Vilar (SESI-SP), nos 100 e 200 m, Eduardo Ribeiro Moreira (Pinheiros-SP), nos 800 m, Caio de Almeida Alves Teixeira (Centro Olímpico-SP), nos 400 m com barreiras, Jessica Vitória de Oliveira Moreira (Águias Guariba), nos 400 m com barreiras, Lissandra Maysa Campos (Instituto Vicente Lenilson-MT), no salto em distancia, e Nerisnelia dos Santos Souza (ASA Sorriso-MT), no salto triplo.

Antes do Mundial Sub-20, a WA havia anunciado o adiamento do Mundial Indoor de Nanjing (CHN) para 2021, do Mundial de Meia Maratona de Gdynia (POL) para o dia 17 de outubro e do Mundial de Marcha Atlética de Minsk (BLR), ainda sem data. O Campeonato Ibero-Americano de Tenerife, Espanha, programado para o período de 22 a 24 de maio, foi cancelado. A Caixa é a Patrocinadora Oficial do Atletismo Brasileiro.

Scheidt aprova adiamento dos Jogos para 2021

Em menos de três meses, Robert Scheidt, que já o maior medalhista olímpico do Brasil, se tornaria o atleta nacional com maior número de Jogos no currículo. Agora, com o adiamento da Tóquio/2020 para 2021, vai ter que esperar mais um ano para concretizar o feito de sete participações e lutar pelo sexto pódio na maior competição esportiva do mundo. Para o velejador, a decisão do Comitê Olímpico Internacional (COI) e governo japonês foi a mais acertada, tanto em termos esportivos, mas, principalmente, em função da preservação da saúde em meio a pandemia do novo coronavírus.

"O adiamento é a decisão correta. Eu, que já participei de seis Jogos, sei que a Olimpíada é a maior celebração da humanidade, uma grande festa, o auge do esporte, o momento em que os atletas mostram o máximo do seu talento. Infelizmente, o mundo está vivendo um momento muito triste e a saúde é a prioridade. Considerando a preservação da saúde dos atletas e todos os envolvidos. Considerando a possibilidade de se preparar de maneira igualitária, já que alguns ainda conseguem treinar e outros não. E considerando outras implicações, como processos seletivos, o COI optou pelo caminho certo", declarou o velejador, que é patrocinado pelo Banco do Brasil e Rolex e que conta com o apoio do COB e CBVela.

Robert mora na Itália com a família, na cidade de Torbole, às margens do Lago Di Garda, e apesar da quarentena em um dos paises mais afetados pela COVID-19, não perde o otimismo. "Agora, vamos torcer para que consigamos superar esse problema no segundo semestre e entrar em 2021 com uma perspectiva de realizar grandes Jogos Olímpicos. Tenho certeza de que Tóquio estará ainda mais motivada para entregar um grande evento e aí, sim, vamos celebrar esse grande momento do esporte mundial", afirmou o bicampeão olímpico e dono de cinco medalhas em seis participações em Olimpíadas.

Com o adiamento, Scheidt terá que refazer todo o planejamento para lutar pelo sexto pódio olímpico. Enquanto isso, aproveita o tempo livre em casa para manter o preparo físico.

Governo anuncia programa 'Merenda em Casa' para 700 mil alunos

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (25) o lançamento do programa Merenda em Casa, que vai ofertar a alimentação para 700 mil estudantes matriculados na rede estadual de São Paulo. O valor do investimento é de R$ 40,5 milhões por mês e chegará a mais de 20% dos 3,5 milhões de alunos da rede.

A iniciativa, de caráter emergencial, ocorre em virtude da suspensão das aulas em todas as 5,4 mil escolas da rede estadual de São Paulo desde segunda-feira (23), como forma de conter a propagação do novo coronavírus.

"A medida vai perdurar enquanto as aulas estiverem suspensas. É uma medida protetiva, de atenção às famílias e às crianças mais vulneráveis do nosso Estado. O valor é suficiente para comprar uma cesta básica", afirmou Doria.

Serão beneficiados os estudantes cujas famílias recebem o Bolsa Família, bem como aqueles que vivem em condição de extrema pobreza, de acordo com o Cadastro Único do Governo Federal.

O valor de R$ 55 por estudante será disponibilizado às famílias para a compra de alimentos a partir de abril. Os repasses serão oferecidos enquanto as aulas seguirem suspensas nas escolas.

"Além de um direito, a merenda escolar é uma garantia de capacidade para o pleno desenvolvimento dos estudantes", disse o Secretário de Estado da Educação, Rossieli Soares.

Repasse

Para identificar os alunos, haverá um cruzamento de dados entre as bases da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Dessa forma, as duas pastas poderão identificar alunos em extrema pobreza inseridos no Cadastro Único, sejam eles beneficiários do Bolsa Família ou não.

O montante será repassado pela Secretaria da Educação para a Secretaria de Desenvolvimento Social, que, por sua vez, fará o repasse às famílias. "Essa ação vai evitar, por exemplo, que um aluno que ainda não tenha CPF e seu responsável indicado na matrícula na rede estadual não esteja inserido no Cadastro Único deixe de ser beneficiado", explicou Rossieli Soares.

Com o pagamento do auxílio, o Governo de São Paulo quer garantir que os alunos mais vulneráveis, que se alimentam diariamente das refeições servidas nas escolas, não fiquem desassistidos.

Foto/Governo de S.Paulo

A Secretaria de Estado da Educação, em parceria com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), estuda uma alternativa de aproveitar os alimentos perecíveis destinados para a merenda que estão estocados nas escolas.

CESAR NETO
www.cesarneto.com

MÍDIAS

Jornalista desde 1990, CESAR NETO tem sua coluna (diária) de política publicada na imprensa de São Paulo (Brasil) desde 1993. Tornou-se referência também na INTERNET, via www.cesarneto.com e no TWITTER, via @CesarNetoReal ... EMAIL cesar@cesarneto.com

.

CÂMARA (SP)

Enquanto jornalista e colunista de política que convive com os vereadores (São Paulo), nosso elogio aos que já usam suas redes sociais e o pedido aos que ainda não usam, pra que usem pelas vidas das famílias contra o mortal Covid 19. Especialmente os eleitos por suas igrejas cristãs

.

PREFEITURA (SP)

Mesmo que for estratégia de marketing, nosso elogio às empresas que tão doando materiais ou bancando leitos pra atender os atingidos pelo corona vírus (Covid 19), como é o caso da AMBEV (cervejas e refrigerantes) e Gerdau (Metalúrgica) em São Paulo. Que contagiem muitas empresas

.

ASSEMBLEIA (SP)

Enquanto jornalista e colunista de política que convive com os deputados estaduais, nosso elogio aos que já usam suas redes sociais e o pedido aos que ainda não usam, que usem pelas vidas das famílias contra o mortal Covid 19. Especialmente os eleitos por suas igrejas cristãs

.

GOVERNO (SP)

João Doria (candidato do PSDB à Presidência 2022) reagiu às falas, escritas e ações do Presidente Bolsonaro em relação ao mortal Covid 19 (corona vírus) no Brasil. Desde ontem, muitos dos demais governadores passaram a tratá-lo como um líder do 'Pacto Federativo' deles

.

CONGRESSO (BR)

Enquanto jornalista e colunista de política, nosso elogio aos deputados federais e senadores (pelo Estado de São Paulo) que já usam suas redes sociais pelas vidas das famílias contra o mortal Covid 19. Especialmente, aos eleitos pelas igrejas na bancada cristã na Câmara Federal

.

PRESIDÊNCIA (BR)

Enquanto o ministro (Saúde) Mandetta negocia 'quarentena' menor (leia-se corona vírus Covid 19) com o chefe Bolsonaro pra se manter no cargo, o vice Mourão é assediado pela maioria dos governadores que agora tem em Doria (SP) uma liderança de protagonismo nacional

.

PARTIDOS

Cadê as soluções mágicas dos que se acham estadistas messiânicos no PT do Lula e do Lulismo; no PDT (ex-Brizolista) hoje dominado pelo Cirismo do Ciro Gomes, no PSB dominado pela família Arraes; no que resta do PC do B que já começa a esconder o termo Comunista ...

.

POLÍTICOS

... e no PSOL (expulsos e saídos do PT Lulista que têm em Boulos um 'Lulinha intelectual ' do Século 21 ? Não entendem que só taxar fortunas não faz do rico um pobre e dos miseráveis sequer pobres e que as doenças não poupam os conceitos ideológicos falidos no Século 20

.

HISTÓRIAS (BR)

Uma das razões pelas quais o Presidente Bolsonaro não vai ser Impedido, como teria sido Collor (1992) se não renunciasse, é que o mais jovem Presidente da História dita republicana do Brasil perdeu o apoio popular inicial que chegou a ter. O Bolsonaro ainda tem bastante.

.

EDITOR

A Coluna (diária) de política do jornalista **CESAR NETO** foi se tornando referência. Recebeu a "Medalha Anchieta" na Câmara Municipal de São Paulo e o "Colar de Honra ao Mérito" na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Email:cesar@cesarneto.com

Estado reduz homicídios e estupros no mês de fevereiro

O Estado de São Paulo terminou o mês de fevereiro com queda nos indicadores de casos e vítimas de homicídios dolosos, que alcançaram as menores taxas do período (na comparação com o mesmo período do ano passado). Os estupros, os roubos e furtos de veículos e os roubos de carga também caíram.

Com duas ocorrências a menos, os boletins de mortes intencionais passaram de 212 para 210 – queda de 0,9% na análise dos meses de fevereiro de 2019 e 2020. O número de vítimas caiu 0,5% – 219 para 218. Os totais são os menores da série histórica, iniciada em 2001.

As quedas permitiram que as taxas dos últimos 12 meses (março de 2019 a fevereiro de 2020) também recuassem, ficando em 6,20 casos e 6,49 vítimas de homicídios dolosos para cada grupo de 100 mil habitantes. Os índices são os menores da análise histórica.

Em fevereiro, os estupros reduziram 6,4%. Em números absolutos, houve 61 ocorrências a menos. O indicador passou de 946 para 885, se analisado o segundo mês do ano passado com igual período deste ano.

Os casos e vítimas de latrocínios cresceram, com 10 e 11 registros a mais, respectivamente. Em contrapartida, pela segunda vez consecutiva, o território paulista não apresentou casos de extorsões mediante sequestro.

Furtos e roubos

No período, os roubos de veículo caíram 9%, passando de 3.562 para 3.242 – 320 casos a menos. Os furtos de veículos, por sua vez, diminuíram 8,6% – foram 6.610 ocorrências no mês passado contra 7.233 em fevereiro de 2019. As somas são as menores da série.

Com 68 ocorrências contabilizadas a menos, os roubos de carga seguiram a tendência de queda – passaram de 587 para 519 (-11,6%). Já os roubos a banco subiram de dois para seis boletins de ocorrência dessa natureza.

Os roubos em geral tiveram alta de 4.327, já que 23.708 ocorrências foram registradas no mês passado. No indicador de furtos em geral, o aumento foi de 4.081 casos na comparação do segundo mês de 2019.

Mais indicadores

O trabalho das policiais em todo o território paulista, no segundo mês do ano, resultou em 14.049 prisões e na apreensão de 1.004 armas de fogo ilegais. Também foram registrados 3.204 flagrantes por tráfico de entorpecentes.

Antecipada vacinação da gripe para forças policiais

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (25) a antecipação da vacinação de Influenza (gripe), a partir da próxima segunda-feira (30), para policiais militares, civis e profissionais do Corpo de Bombeiros. A vacinação deste público estava prevista para começar no dia 16 de abril, mas foi adiantada dentro das estratégias de combate ao coronavírus (COVID-19) em São Paulo.

"Por recomendação do Centro de Contingência do Coronavírus, antecipamos a vacinação destes profissionais. Uma decisão amparada em medidas fundamentadas, assim como todas as iniciativas do Estado, com o objetivo de proteger a saúde e proteger vidas", afirmou Doria.

A vacina contra a gripe não imuniza contra o novo coronavírus, mas a campanha é fundamental para reduzir o número de pessoas com sintomas respiratórios nos próximos meses.

"A antecipação para esse grupo é fundamental, pois eles estão na linha de frente da pandemia, junto com os profissionais de saúde. Nossa expectativa é imunizar cerca de 100 mil policiais em todo o Estado", explicou o Secretário de Estado da Saúde, José Henrique Germann.

Nesta primeira etapa da campanha, também serão imunizados idosos com mais de 60 anos de idade e profissionais de saúde, totalizando 6,1 milhões de pessoas nessa etapa. A partir do dia 16 de abril, serão vacinados os professores e pacientes com doenças crônicas, como asma, diabetes, doenças imunossupressoras e outras.

No dia 9 de maio, começa a terceira etapa dirigida a gestantes, puérperas (com até 45 dias após o parto), crianças a partir de seis meses e menores de seis anos, povos indígenas e demais grupos prioritários, inclusive dois novos públicos inseridos a partir deste ano: os adultos de 55 a 59 anos e as pessoas com deficiência (física, auditiva, visual, intelectual e mental ou múltipla). Na data de início dessa última etapa, também está previsto o "Dia D" de Mobilização Nacional, quando os postos deverão funcionar no sábado, das 8h às 17h.

A antecipação da campanha de vacinação é fruto de uma grande operação do Instituto Butantan, que acelerou a produção das 75 milhões de doses da vacina que serão fornecidas para a campanha nacional – a maior da história no Brasil, com ampliação de 13% em comparação ao quantitativo do ano passado.

Orientação aos profissionais de saúde

A Secretaria de Estado da Saúde ampliou, em parceria com os municípios, os postos volantes de vacinação de Influenza (gripe), visando evitar aglomerações e assim prevenir a população contra a COVID-19. Até o momento, o número de pontos de vacinação são cerca de 11,5 mil fixos e volantes, incluindo escolas, creches, farmácias, barcos, ônibus e veículos, de forma a alcançar o público-alvo em todas as regiões.

A pasta estadual também orientou os profissionais de saúde que trabalharão na campanha para que haja organização da fila e do ambiente. Deverá ser feita uma triagem com identificação de sintomático respiratório – presença de febre, tosse, coriza e falta de ar. Se a pessoa tiver febre ou mau estado geral, deverá ser colocada máscara no paciente e adiada a vacina, com orientação para ida a um serviço de saúde. Máscaras também deverão ser colocadas naqueles que apresentarem tosse ou coriza, mas nesses casos a dose poderá ser aplicada e, ainda assim, a pessoa será orientada para procurar um serviço de saúde.

As equipes deverão anotar as doses aplicadas, com mesas e distanciamento de pelo menos 1 metro entre o anotador e paciente. Cada profissional deverá usar caneta própria e álcool, que deverá ficar disponível para uso. O vacinador não precisa utilizar luvas nem máscara cirúrgica, apenas seguir as normas de higienização.

Museu Felícia Leirner e Auditório Claudio Santoro oferecem conteúdos online gratuitos

Agentes atuantes em prol da cultura e do conhecimento, o Museu Felícia Leirner e Auditório Claudio Santoro, instituições da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado, geridas pela ACAM Portinari e situadas em Campos do Jordão, possuem diversos canais virtuais que compartilham, gratuitamente, informações sobre meio ambiente, educação e arte.

Neste período de reclusão e quarentena, em razão das medidas adotadas para combater o avanço do novo coronavírus, os equipamentos reforçam a disponibilidade dos conteúdos online.

O primeiro exemplo é a visita virtual pelos espaços. O interessado pode passear pelos jardins do equipamento cultural, reconhecer obras importantes de Felícia Leirner e, ainda, admirar a paisagem do entorno. Ao ingressar no auditório, é possível conferir a obra-prima da arquitetura e um espaço cultural privilegiado que conta com 814 assentos e uma infraestrutura invejável para os bastidores.

Exposições virtuais

Outra dica para os internautas são as exposições virtuais, como 40 anos: 04 fotógrafos e 40 fotos; Meu Museu em um Clique: Como Eu vejo o Local Onde Trabalho; Felícia Leirner Natureza e Arte, dentre outras.

História Oral é outro projeto do Museu Felícia Leirner e Auditório Claudio Santoro que pode ser contemplado virtualmente. A ação inclui captação e publicação de depoimentos de pessoas que tenham histórias de vivências junto à artista, ao maestro ou aos equipamentos culturais, para dividir suas narrativas, registrando momentos que ajudam a reconstruir a história e possibilitam o acesso desse conhecimento para as futuras gerações.

As crianças também conseguem mergulhar na cultura na página Divirta-se do site. O setor reúne jogo da memória, leitura de livros de cordel e disponibiliza músicas clássicas para embalar os dias e aprender mais sobre os compositores.

Os interessados em conferir essas sugestões e muitas outras devem acessar o site www.museufelicialeirner.org.br.

Coronavírus: Obrigatoriedade de recadastramento na SPPREV está temporariamente suspensa

Com o objetivo de prezar pela segurança e saúde dos beneficiários, tendo em vista a disseminação da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, a São Paulo Previdência publicou a Portaria SPPREV nº 121, de 13 de março de 2020, que suspende a obrigatoriedade da realização de recadastramento por 60 dias, contados a partir da data de publicação do texto.

Após o período, caso não haja nova publicação nesse sentido, a SPPREV informa que o procedimento volta a ser obrigatório para que os aposentados e pensionistas estejam com a situação regularizada junto à autarquia e continuem a receber os benefícios.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Dívida Pública Federal sobe 1,22% em fevereiro e vai para R$ 4,28 tri

A Dívida Pública Federal (DPF) – que inclui o endividamento interno e externo do governo federal – aumentou, em termos nominais, de 1,22% em fevereiro, na comparação com janeiro, informou na quarta-feira (25) a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Economia. O estoque passou de R$ 4,229 trilhões para R$ 4,281 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), que é a parte da dívida pública em títulos no mercado interno, subiu 1,05% em fevereiro, passando de R$ 4,057 trilhões para R$ 4,099 trilhões.

O aumento deve-se, segundo o Tesouro, à emissão líquida de R$ 20,52 bilhões na DPMFi. Também houve a apropriação positiva de juros (quando os juros da dívida são incorporados ao total mês a mês), no valor de R$ 21,97 bilhões.

A emissão líquida de títulos da Dívida Pública Mobiliária Interna deu-se pela diferença entre o total de novos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional – R$ 42,76 bilhões – em relação ao volume de novos títulos resgatados (embolsado pelos investidores), que somou R$ 22,23 bilhões.

Mercado externo

O estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFe), captada do mercado internacional, aumentou 3,86%, passando de R$ 172,07 bilhões para R$ 181,07 bilhões de janeiro a fevereiro. O principal motivo foi a alta de 5,36% do dólar no mês passado. A moeda norte-americana é o principal fator de correção da dívida externa.

A variação do endividamento do Tesouro pode ocorrer por meio da oferta de títulos públicos em leilões pela internet (Tesouro Direto) ou pela emissão direta.

Além disso, pode ocorrer assinatura de contratos de empréstimo para o Tesouro, tomado de uma instituição ou de um banco de fomento, destinado a financiar o desenvolvimento de uma determinada região. A redução do endividamento se dá, por exemplo, pelo resgate de títulos, como observou-se ao longo do último mês.

Este ano, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá ficar entre R$ 4,5 trilhões e R$ 4,75 trilhões, segundo o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2020, apresentado em janeiro.

Detentores

Os fundos de investimento seguem como principais detentores da Dívida Pública Federal, com 26,94% de participação no estoque. Os fundos de previdência (24,62%) e as instituições financeiras (24,17%) aparecem em seguida, na lista de detentores da dívida.

Os investidores não residentes (estrangeiros) apresentam aumento de participação, atingindo 10,93% em fevereiro. Os demais grupos somam 13,34% de participação, segundo os dados apurados no mês.

Composição

Em relação à composição da DPF de acordo com os tipos de títulos, os papéis corrigidos por taxas flutuantes tiveram leve queda de participação e representam 39,34% do total da dívida. Em seguida, vieram os papéis prefixados, que tiveram aumento na participação (de 29,52%para 29,89%) devido principalmente à emissão líquida de R$ 22,5 bilhões para esse tipo de título em fevereiro.

A participação dos papéis corrigidos pela inflação caiu de 26,6% para 26,31%. Os títulos do grupo cambial, que sofrem variação com base na taxa de câmbio, tiveram sua participação aumentada de 4,27% para 4,46% do montante total da DPF, principalmente por causa da alta do dólar no mês passado. (Agencia Brasil)

Carga de energia do Brasil recua para níveis de fim de semana

A demanda por eletricidade, importante indicador da atividade econômica, iniciou a semana com forte baixa no Brasil, em meio a medidas de isolamento decretadas por governos contra o coronavírus que levaram ao fechamento temporário de diversos negócios, cortando a carga de energia a níveis geralmente vistos em sábados ou domingos.

A carga, uma soma do consumo de energia com as perdas na rede, somou 61,7 gigawatts médios na terça-feira (24), cerca de 2,55% abaixo da estimativa inicial do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para o dia. O volume ficou 15,9% abaixo do visto na terça-feira passada, antes que efeitos da pandemia sobre o consumo ficassem mais evidentes.

Com a entrada em vigor de uma quarentena decretada pelo governo de São Paulo, polo econômico do Brasil, a carga da terça-feira ainda ficou ligeiramente inferior à do último fim de semana anterior ao agravamento da crise do vírus, quando somou 67,7 gigawatts no sábado (22) e 61,9 gigawatts no domingo (21).

"Se você observa o comportamento da carga, nos fins de semana tem uma derrubada e quando chega na segunda-feira tem uma rampa muito alta (de retomada). Agora, você pega essa última semana e vê que a carga foi reduzindo, entrou no fim de semana reduzida e na segunda não subiu, não reagiu", disse à Reuters o presidente da unidade de comercialização da Companhia Paranaense de Energia (Copel), Franklin Kelly Miguel.

"Isso demonstra que o consumo está em níveis típicos de um final de semana", acrescentou ele.

A redução da atividade econômica com as medidas de isolamento, que têm sido adotadas em todo o mundo para reduzir a velocidade de propagação do coronavírus, tem gerado preocupação no presidente Jair Bolsonaro, que passou a defender uma retomada da "normalidade" e o isolamento apenas de pessoas com perfil de risco.

Governadores, no entanto, têm rebatido o presidente e sinalizado por ora a manutenção das quarentenas, que determinam o fechamento de diversas lojas, shoppings e outras atividades consideradas não essenciais.

O funcionamento de indústrias em geral não tem sido alvo de restrições, mas muitas anunciaram paralisação de atividades e dispensa temporária de funcionários devido à menor demanda ou por problemas com a cadeia de suprimento em meio à pandemia.

Por outro lado, muitas empresas colocaram funcionários para trabalhar de casa, o que aumenta o consumo de energia residencial.

"A carga comercial vai ter um impacto maior porque, de um modo geral, foi demandado pelos governos que fechassem, então não tem jeito. A indústria de certa forma tem redução um pouco menor, mas tem. Vai ter um aumento do consumo da classe residencial, mas não vai compensar", disse o CEO da Copel Energia.

O presidente da comercializadora de eletricidade Focus Energia, Alan Zelazo, estimou um mergulho da ordem de 10 gigawatts médios na demanda desde as medidas mais restritivas contra o vírus, mas afirmou que a queda ainda pode se aprofundar.

"Isso é praticamente uma Itapu", afirmou, em referência à produção da hidrelétrica binacional na fronteira com o Paraguai, a maior usina do mundo em geração de energia. "E na minha opinião a gente ainda não viu alguns setores fechando a porta, ainda não impactou totalmente. Por enquanto (as medidas de governos) fecharam o comércio e nem em todas cidades", apontou Zelazo.

Ele disse que já foi possível perceber recuo de cerca de 20% na demanda do setor de shoppings, que deverá cair ainda mais, para baixa de cerca de 70% devido a novos vetos à abertura dos centros comerciais em diversos estados e cidades.

"Acredito que os shoppings sejam os mais afetados... por outro lado, alguns setores não param. Para você ter uma ideia, temos clientes que são hospitais e supermercados e eles estão consumindo de 10% a 15% mais", acrescentou.

Queda gradual

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) apontou que começou a ver leve retração no consumo de energia em geral a partir da terça-feira passada, quando houve queda de 0,7% ante a semana anterior, com uma aceleração do movimento de baixa nos dias seguintes.

Na última segunda-feira (23), a carga média de energia às 9 h, quando a demanda geralmente cresce rapidamente devido à abertura de lojas e empresas, ficou 18,6% abaixo da vista no mesmo horário da semana anterior.

Às 14h, quando também costuma haver picos de consumo devido ao uso de aparelhos de ar-condicionado em escritórios e edifícios comerciais, a redução era de 18,8% na comparação semanal.

"Os índices refletem uma tendência de queda mais acentuada do consumo de energia elétrica nos próximos dias", disse em nota o presidente do conselho da CCEE, Rui Altieri.

Na primeira quinzena de março, antes do agravamento das preocupações com o coronavírus, o consumo de energia no Brasil apontava leve alta de 0,4% ante mesmo período do ano passado, segundo a CCEE. (Agencia Brasil)

CNI pede estratégia nacional para comércio exterior

Com o diagnóstico de que o estímulo à capacidade de exportação da indústria é essencial para a recuperação da economia brasileira, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) pediu que o governo elabore uma estratégia nacional para o comércio exterior. Segundo a entidade, as vendas externas são um dos poucos motores para a retomada do crescimento que restará após o fim da pandemia provocada pelo novo coronavírus covid-19).

A sugestão consta da 5ª edição da Agência Internacional da Indústria, lançada na quarta-feira (25) pela CNI. O documento lista 109 sugestões de ações para o governo e a própria entidade, distribuídas em quatro eixos: política comercial, serviços de apoio à internacionalização, ações em mercados estratégicos e cooperação internacional.

Elaborado com base em consultas ao setor privado brasileiro nos últimos meses do ano passado, o documento citava como desafios para o comércio exterior brasileiro a crise na Argentina, nosso terceiro maior parceiro comercial e principal destino das exportações industriais brasileiras, e a desaceleração na China. Os dois fatores devem se agravar com a pandemia da covid-19.

Na avaliação da CNI, o comércio exterior representa uma ferramenta fundamental para acelerar o crescimento econômico e melhorar a produtividade e a competitividade da indústria brasileira. Para a entidade, uma estratégia nacional para o comércio exterior, com metas e prazos bem definidos, tornaria mais eficaz a governança da política comercial brasileira, com resultados mais equilibrados. A confederação destacou que países como Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido têm esse instrumento.

Ações

Por causa da pandemia de coronavírus, a CNI destacou que diversas ações sugeridas para 2020 serão adiadas para 2021. Das 109 ações previstas na Agenda Nacional da Indústria, a entidade listou dez que considera prioritárias para o setor privado brasileiro.

A primeira ação diz respeito à continuidade da abertura comercial por meio da negociação de acordos, como os fechados entre o Mercosul e a União Europeia e a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta, na sigla em inglês). Qualquer revisão da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul deve ser precedida de consulta pública e ser sincronizada com uma agenda de reformas para melhorar a competitividade.

O aprofundamento da agenda econômica e comercial do Mercosul, para assegurar o livre comércio total dentro do bloco e a melhoria da governança técnica e administrativa, representa a segunda ação. A acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é a terceira ação sugerida. Para a CNI, o governo deve aderir a novos instrumentos e práticas da OCDE, acompanhado de perto pelo setor privado.

A quarta ação consiste na defesa da Organização Mundial do Comércio (OMC), de modo a assegurar um sistema multilateral de comércio forte e funcional. A quinta ação defendida pela entidade é a revisão da lei de lucros no exterior, de modo a eliminar a tributação do lucro das empresas brasileiras com investimentos em outros países ou ampliar a concessão de crédito presumido.

As demais ações são o fornecimento de recursos para o Portal Único do Comércio Exterior; a reforma tributária para o comércio exterior, que assegure que as exportações não paguem impostos; a melhor governança do sistema público de financiamento e garantias às exportações, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Banco do Brasil e na Câmara de Comércio Exterior (Camex); o combate aos subsídios industriais ilegais e que distorcem o comércio; e a expansão do Programa Rota Global para todo o país. Executado pela CNI, com recursos da União Europeia, o Rota Global oferece consultoria gratuita para aumentar a competitividade de empresas de todos os portes. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Banco Mundial e FMI pedem alívio de dívida para países mais pobres

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) emitiram na quarta-feira (25) uma carta conjunta solicitando "alívio imediato de dívidas aos países mais pobres do mundo". De acordo com o documento, a abrangência da pandemia de covid-19 vai além da esfera da saúde, e terá "consequências econômicas e sociais severas" para nações que abrigam largas parcelas de pessoas em condições desfavoráveis.

O ofício pede que instituições financeiras de países que fazem parte da Associação Internacional de Desenvolvimento suspendam pagamentos e cobranças de dívidas. Esses países abrigam um quarto da população mundial geral e dois terços da população mundial que vive em extrema pobreza e serão os mais afetados pela pandemia.

"Isso ajudará as necessidades imediatas de liquidez dos países da Associação Internacional de Desenvolvimento para enfrentar os desafios impostos pelo surto de coronavírus e permitir tempo para uma avaliação do impacto da crise e das necessidades de financiamento de cada país", afirma o documento assinado pelas instituições.

A maioria dos 76 países que recebem apoio da Associação Internacional de Desenvolvimento tem renda nacional bruta per capita abaixo de 1.175 dólares

Leis nacionais

O Banco Mundial e o FMI disseram que a suspensão do pagamento da dívida, consistente com as leis nacionais dos países credores, proporcionará "uma sensação global de alívio aos países em desenvolvimento" e enviará um forte sinal aos mercados financeiros.

Eles solicitaram às 20 maiores economias do mundo (G20) para apoiarem seu pedido de ação. Os líderes do G20 devem realizar uma cúpula virtual na quinta-feira a fim de discutir um plano de ação para lidar com a pandemia, o que deve incluir medidas econômicas de suporte.

O Banco Mundial e o FMI convidaram os líderes do G20 a avaliar o impacto da crise e as necessidades financeiras de cada um dos países da Associação Internacional de Desenvolvimento, incluindo a identificação daqueles com situações insustentáveis de dívida, e a prepararem uma proposta de ação abrangente por credores bilaterais oficiais. (Agencia Brasil)

ONU lança apelo global de US$ 2 bilhões para ajudar países vulneráveis

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, lançou esta quarta-feira um plano global de resposta humanitária de US$ 2 bilhões para combater o covid-19 em vários países mais vulneráveis do mundo.

O novo coronavírus já infetou mais de 400 mil pessoas e causou mais de 16 mil mortes. Com presença em quase todo o mundo, está agora chegando a países que já enfrentavam crises humanitárias por causa de conflitos, desastres naturais e mudanças climáticas.

O plano será implementado pelas agências da ONU, em parceria com ONGs internacionais.

A iniciativa pretende fornecer equipamento de laboratório essencial para testar o vírus e suprimentos médicos, instalar estações de lavagem de mãos em assentamentos e lançar campanhas de informação. Também deve ajudar a estabelecer pontes aéreas em toda a África, Ásia e América Latina para movimentar trabalhadores humanitários e suprimentos.

O plano foi lançado, na internet, pelo secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres. De diferentes locais, participaram também os chefes do Escritório da ONU para a Coordenação dos Assuntos Humanitários, Ocha, do Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef, e da Organização Mundial da Saúde, OMS.

António Guterres disse que "o covid-19 está ameaçando toda a humanidade e, por isso, toda a humanidade deve reagir." Segundo ele, "as respostas individuais de cada país não serão suficientes."

O chefe da ONU afirmou que é "uma questão de solidariedade humana básica" ajudar os mais vulneráveis, milhões e milhões de pessoas que são menos capazes de se proteger."

Já o subsecretário-geral de Assuntos Humanitários, Mark Lowcock, lembrou que o vírus "já mudou a vida em alguns dos países mais ricos do mundo" e "agora está chegando a lugares onde as pessoas vivem em zonas de guerra, não têm acesso fácil à água potável e ao sabão e não têm esperança de uma cama de hospital se ficarem gravemente doentes."

Lowcock disse que esquecer os países mais pobres do mundo "seria cruel e imprudente." Além disso, colocaria milhões de vidas em risco e regiões inteiras ficariam numa situação de caos.

O diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, explicou que "o vírus está se espalhando em países com sistemas de saúde fracos, incluindo alguns que já estão enfrentando crises humanitárias." Para Tedros, é importante que o combate a esta pandemia não aconteça "às custas de outras emergências de saúde humanitária."

Por sua vez, a diretora executiva do Unicef, Henrietta Fore, afirmou que "as crianças são as vítimas ocultas desta pandemia."

Ela lembrou os bloqueios e o fecho das escolas em todo o mundo, dizendo que estão afetando educação, saúde mental e acesso a serviços básicos de saúde de meninos e meninas. A chefe do Unicef afirmou ainda que "os riscos de exploração e abuso são maiores do que nunca".

Juntos, Guterres, Lowcock, Ghebreyesus e Fore pediram que os Estados-membros ofereçam o maior apoio possível ao plano. Também destacaram a importância de continuar financiando a assistência humanitária da ONU para mais de 100 milhões de pessoas que precisam dessa ajuda para sobreviver.

Segundo eles, qualquer desvio de financiamento pode criar um ambiente onde doenças como cólera, sarampo e meningite prosperam, mais crianças ficam desnutridas e extremistas podem assumir o controle.

Para iniciar o plano de resposta, Mark Lowcock mobilizou US$ 60 milhões do Fundo Central de Resposta de Emergência da ONU, Cerf, elevando o apoio desde o início da crise para US$ 75 milhões.

Para o PMA, esses fundos devem garantir a continuidade das cadeias de suprimentos e o transporte de trabalhadores humanitários e bens de socorro. Os valores também devem ajudar a OMS a conter a propagação da pandemia.

O apoio deve ainda incluir esforços na área da segurança alimentar, saúde física e mental, água e saneamento, nutrição e proteção. (Agencia Brasil)

FÁBRICA DE PAPEL E PAPELÃO NOSSA SENHORA DA PENHA S.A.

CNPJ/MF nº 49.912.199/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento ao que determinam os Estatutos e de conformidade com a exigência legal, esta administração tem a satisfação de apresentar aos Senhores Acionistas, para o necessário exame e consequente deliberação, o **Balanço Patrimonial** e as **Demonstrações Financeiras**, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2019. Itapira, 20 de Março de 2020. **A Administração**

Balanços Patrimoniais Encerrados em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

Ativo	2019	2018
Circulante	**185.913**	**193.469**
Disponível e Aplicações Financeiras	13.802	12.450
Clientes	111.947	116.765
Bens à venda	1.339	1.339
Contratos de Mútuo	–	473
Impostos Antecipados a Compensar	10.449	7.650
Estoques	45.837	47.480
Outros	2.539	7.312
Não Circulante	**728.412**	**486.337**
Depósitos judiciais	7.128	6.506
IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal	31.918	29.814
Impostos a Compensar	143.281	–
Outros	175	175
Permanente	**555.910**	**449.842**
Imobilizado	91.814	70.609
Intangível	842	742
Investimentos	463.254	378.491
Total do Ativo	**913.325**	**679.806**

Passivo	2019	2018
Circulante	**231.184**	**156.529**
Fornecedores	91.296	62.882
Encargos Sociais e de Previdência	10.070	9.314
Tributos	45.718	8.033
Empréstimos Contratuais	28.045	44.756
Financiamento Mapinsa	7.262	3.201
Tributos e Contas	3.479	2.013
Dividendos Obrigatórios	32.318	8.541
Outros	12.926	12.172
Não Circulante	**359.648**	**326.614**
Empréstimos Contratuais	32.275	52.740
Financiamento Mapinsa	17.178	6.989
Tributos	33.115	38.482
Tributos e Contas	262.113	213.662
Outros	14.967	13.741
Patrimônio Líquido	**323.493**	**196.663**
Capital Social	175.000	158.000
Reserva de Lucros	148.493	38.663
Total do Passivo	**913.325**	**679.806**

Demonstrações de Resultados dos Exercícios

	2019	2018
1 - Receita Bruta de Vendas	803.643	739.424
2 - Contas Retificadoras	(260.281)	(236.760)
3 - Receitas Líquidas de Vendas	543.362	502.664
4 - Custo dos Produtos Vendidos	(529.688)	(449.120)
5 - Lucro Bruto	13.674	53.544
6 - Despesas e Receitas Operacionais	61.973	(57.029)
Despesas Administrativas/Vendas	(69.882)	(57.540)
Despesas Tributárias	(8.126)	(4.348)
Demais Despesas	(738)	(362)
Demais Receitas	138.719	5.219
7 - Lucro Operacional	75.647	(3.485)
Despesas Financeiras	(35.201)	(26.171)
Receitas Financeiras	96.702	3.843
Equivalência Patrimonial	81.451	46.631
Outras Receitas/Despesas	(1.475)	1.329
8 - Resultado antes do I.R. e C.S.	217.124	22.147
9 - Provisão para I.R. e C.S.	(44.909)	8.201
10 - Lucro Líquido	172.215	30.348
11 - Lucro (lote 1000 ações)	7.236	1.254

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios

	Capital	Reservas de Lucro	Total
Saldo em 31.12.2017	**143.000**	**29.315**	**172.302**
Aumento de Capital	15.000	(15.000)	–
Ações em Tesouraria	–	(223)	(223)
Dividendos Obrigatórios	–	(27.811)	(27.811)
Reversão de Dividendos	–	425	425
Reserva Legal	–	1.517	1.517
Lucros Retidos	–	28.831	28.831
Saldo em 31.12.2018	**158.000**	**38.663**	**196.663**
Aumento de Capital	17.000	(17.000)	–
Ações em Tesouraria	–	(157)	(157)
Dividendos Obrigatórios	–	(41.981)	(41.981)
Reversão para Dividendos	–	(6.167)	(6.167)
Reversão de Dividendos	–	1.420	1.420
Reserva Legal	–	8.396	8.396
Reserva Subsegmão	–	4.298	4.298
Lucros Retidos	–	159.530	159.530
Saldo em 31.12.2019	**175.000**	**148.493**	**323.493**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1 - Contexto Operacional: A empresa tem como atividade, a produção de embalagens de papelão ondulado, folhas de papelão ondulado e papel misto. As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da empresa e apresentadas de acordo com as práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07 e regulamentadas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **2 - Principais Diretrizes Contábeis:** A- Os resultados são apurados pelo regime de competência dos exercícios. B- Os valores Circulantes foram classificados respectivamente no Ativo e Passivo Circulante. C- O Imposto de Renda e a Contribuição Social são constituídos com base no Lucro Real, apurado trimestralmente, as bases vigentes na data de balanço sobre as bases de cálculo positivas e negativas. D- Os direitos e obrigações e suas atualizações ajustes a correção monetária, ajustes cambiais e juros, são atualizados até a data do encerramento do balanço. E- As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com a previsão de vida útil dos bens. A administração da sociedade julga não ser necessária a avaliação dos seus ativos a valores recuperáveis. **3 - Estoques:** Os produtos Acabados e em Elaboração são avaliados pelo custo de produção, o de matéria-prima pelo custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de realização ou reposição, composto-se de:

	2019	2018
Matéria-Prima	21.950	25.637
Produtos Acabados	1.533	2.526
Produtos em Elaboração	510	725
Almoxarifado	21.844	18.592
Totais	**45.837**	**47.480**

4 - Encargos Previdência (Passivo Não Circulante): A empresa possui processos judiciais no valor de R$ 184 em 2019, garantidos por depósitos judiciais. **5 - Tributos (Ativo Não Circulante)** Temos processos judiciais perfazendo o valor de R$ 7.128 em 2019, garantidos por depósitos judiciais. **6 - REFIS Lei 11941/2009:** A empresa aderiu em Agosto de 2009 ao programa de parcelamento de débitos fiscais e previdenciários instituído pela Lei 11.941/2009 renunciando a ações judiciais que questionavam o tributo. Os débitos previdenciários foram quitados durante o ano de 2014 e os demais tributos serão quitados até o ano de 2024 com encargos previstos de acordo com a variação da taxa SELIC. **7 - Ações em Tesouraria:** Em 2019 a empresa adquiriu 406.529 ações ordinárias conforme reunião do Conselho de Administração. No final do exercício, a empresa possuía em Tesouraria, 21.305 ações ordinárias, sendo 20.000 ações para futura alienação e/ou cancelamento. **8 - Empréstimos e Financiamentos do Não Circulante:**

Capital de Giro	Tipo/Taxa - %	R$
Banco do Brasil S/A	CDI 100% + 2,5% a 2,79% a.a.	21.857
Bradesco S/A	13,6772% a.a.	68
Banco HSBC	18,78% a.a.	92
Banco Safra	CDI 100% + 2,795187% a 3,412335% a.a.	9.950
Banco Citibank	CDI 100% + 4,08002%	308
Finame	Tipo / taxa - %	R$
Banco do Brasil S/A	5,50% a 8,7% a.a.	1.004
Bradesco S/A	3,5% a 20,42% a.a.	14.718
Banco Daycoval	4,25% a 5,00% a.a.	901
Aymoré	13,76% a.a.	172
Leasing Disponível	CDI 100% + 4,32370 a.a.	17.178

Amortização:

	Valor 2023	Após 2023
Finame	26.705	6.473
Capital de Giro	15.206	2.094

9 - Equivalência Patrimonial: A empresa mantém investimentos na Papeles, Danape, Penha Agro e Penhapar sobre as quais, foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O Ágio apurado na aquisição da Penha Papéis fundamentou-se na expectativa de lucros futuros não absorvidos amortizações ao passar a ser tratado anualmente com base no valor recuperável.

Penha Papeis	Penha DANSPE	Penha Agro	Penhapar
Patrimônio Líquido	383.277	5.939	1.325
Controlada em 31/12/19	99,9536%	99,9745%	99,9500%
% Participação	383.101	5.914	4.294
PL Líquido (Participação)			41.156
Patrimônio Líquido Controlada em 31/12/18 após AFAC	297.059	(1.576)	44.846
Equivalência Patrimonial	86.042	(576)	(3.690)

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da **Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A.** Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Recomendações de critérios tributários: Principal assunto de auditoria:** Em 2019 a companhia obteve decisão favorável relativa ao processo para excluído do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e autorização para a compensação dos valores recolhidos indevidamente. Em decorrência, foi reconhecido no ativo o montante total de R$ 262.113 em parcelas em premissas e valores destacados nos documentos fiscais no período. Tendo em vista a relevância dos valores considerados e o impacto que possíveis alterações nas premissas consideradas poderia refletir nas demonstrações contábeis considerámos o assunto como relevante para a nossa auditoria. **Como a auditoria conduziu o assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • avaliação da documentação do trabalho em julgamento, avaliação das questões legais e fiscais da legislação e o entendimento do mérito e dos argumentos que orientaram a Companhia sobre o reconhecimento dos créditos reconhecidos e a avaliação dos critérios utilizados para apuração dos valores. Com base nas evidências obtidas e nos exames realizados consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração dos créditos apropriados bem como suas divulgações referentes ao exercício de 2019. **Responsabilidades da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das suas operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de seu respectivo racional, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro, a emitir opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de a Companhia manter seus negócios. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências obtidas até a data de nosso relatório de auditoria. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Empresa a não mais ser mantar em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada. Comunicamos entre outros assuntos, o escopo e a época prevista para os exames, os achados significativos de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas de controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 20 de março de 2020.

ETCA - Auditores Consultores - CRC 2SP 000607/O-0
Jailton Pereira da Silva - CRC 1SP 079907/O-0

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

CNPJ 20.439.599/0001-07

Balanços Patrimoniais Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Balanços Patrimoniais	2019	2018
Ativo Circulante	**39**	**29**
Caixa e Equivalentes de Caixa	114	23
Tributos a Compensar e a Recuperar	46	32
Não Circulante	**18.838**	**24.680**
Investimentos	18.838	24.680
Total do Ativo	**18.896**	**24.735**
Passivo e Patrimônio Líquido	**2019**	**2018**
Circulante	**7.118**	**7.118**
Não Circulante	**11.678**	**17.617**
Patrimônio Líquido	**100**	**(1.000)**
Capital Social	2.400	2.400
Resultado Acumulado	(13.641)	(7.902)
Adiantamento para Aumento de Capital	11.141	4.502
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**18.896**	**24.735**

Balanço patrimonial e demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotas, publicados e registrados sob IE 404776 e demais leis vigentes. As demonstrações financeiras completas, acompanhadas das notas explicativas estão à disposição na sede da companhia.

Demonstrações Do Fluxos de Caixa

Demonstrações Do Fluxos de Caixa	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(5.739)	(4.512)
Ajuste de itens sem impacto nos atividades operacionais		
Equivalência patrimonial	5.190	4.508
Equivalência patrimonial exercícios anteriores	(504)	–
Variação nos ativos operacionais: Tributos a recuperar	(13)	(12)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(864)**	**(17)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Variação de Capital de Controlada	653	(23.447)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**653**	**(23.447)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Variação de Capital de Controlada	–	23.118
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**–**	**23.118**
Variação do saldo de caixa	**90**	**(346)**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	23	369
Saldo final	114	23
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**90**	**(346)**

Demonstrações Do Resultado Do Período

Demonstrações do Resultado	2019	2018
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(26)	(23)
(-) Resultado da Equivalência Patrimonial	(5.190)	(4.508)
(+) Resultado Financeiro	–	–
Resultado Antes Do Tributos Sobre o Lucro	**(5.204)**	**(4.512)**
Imposto de Renda	(19)	–
Contribuição Social	(12)	–
Lucro Líquido do Exercício	(5.235)	(4.512)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Resultados Abrangentes	Total
Saldo em 31/12/2016	**2.401**	**(3.138)**	**–**	**(736)**
Prejuízo do exercício	–	(259)	–	(259)
Saldo em 31/12/2017	**2.401**	**(3.389)**	**–**	**(988)**
Variação de Capital de Controlada	–	–	23.118	23.118
Prejuízo do exercício	–	(4.512)	–	(4.512)
Saldo em 31/12/2018	**2.401**	**(7.902)**	**23.118**	**17.617**
Ajuste equivalência	–	(504)	–	(504)
Prejuízo do exercício	–	(5.235)	–	(5.235)
Saldo em 31/12/2019	**2.401**	**(13.641)**	**23.118**	**11.878**

Acesso Soluções de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 13.140.088/0001-69

Balanços Patrimoniais Encerrados em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativo Circulante	**188.667**	**158.108**	**197.453**	**168.108**
Caixa e equivalentes de caixa	10.116	18.988	10.310	19.003
Aplicações Financeiras	160.047	129.509	166.566	130.023
Contas a receber	2.678	511	2.723	578
Tributos a compensar e a recuperar	1.505	2.118	1.575	2.173
Despesas antecipadas	545	1.058	545	1.091
Outros créditos	11.716	6.646	11.716	6.646
Não circulante	**18.611**	**15.623**	**18.364**	**15.269**
Investimentos	818	872	–	–
Depósitos judiciais	1.127	1.107	1.692	1.640
Tributos diferidos	11.683	10.374	11.683	10.374
Imobilizado líquido	1.101	1.201	1.101	1.201
Intangível	3.886	2.132	3.888	2.132
Total do ativo	**207.278**	**174.402**	**215.817**	**174.863**
Passivo/Circulante	**180.842**	**144.715**	**188.058**	**144.979**
Empréstimo	1.468	–	1.468	–
Contas a pagar	15.286	6.424	15.291	6.284
Créditos em circulação e estabelecimentos a pagar	158.869	135.031	158.869	135.032
Obrigações tributárias	1.457	1.650	1.458	1.652
Obrigações trabalhistas	2.962	1.611	2.969	1.611
Não circulante	**3.953**	**1.180**	**4.519**	**1.126**
Empréstimo	3.534	–	3.534	–
Provisão aquisição de investimento	–	–	566	–
Provisão para demandas judiciais	419	494	984	1.026
Patrimônio líquido	**21.228**	**28.239**	**21.228**	**28.239**
Capital social	59.797	59.797	59.797	59.797
Lucro e prejuízos acumulados	(38.569)	(30.557)	(38.569)	(30.557)
Total passivo e patrimônio líquido	**207.278**	**174.402**	**215.817**	**174.863**

Balanço patrimonial e demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os princípios contábeis aceitos, praticados e exigidos pela Lei 6.404/76 e demais leis vigentes. As demonstrações financeiras completas, acompanhadas das notas explicativas estão à disposição na sede da companhia.

Demonstrações Financeiras Findas em 31/12/2019 e 2018

Demonstrações de Resultados	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita bruta de serviços	36.176	35.570	36.725	36.209
(-) Deduções da receita	(4.058)	(3.996)	(4.105)	(4.072)
Receita Líquida	**32.118**	**31.574**	**32.620**	**32.137**
(-) Custo dos serviços vendidos	(26.419)	(23.642)	(26.421)	(23.882)
Resultado Bruto	**5.699**	**7.747**	**6.194**	**8.254**
Despesas administrativas comerciais	(28.580)	(25.817)	(28.672)	(26.124)
Despesas tributárias e não dedutíveis	(75)	(46)	(75)	(46)
Outras receitas	574	1.267	576	1.267
Resultado com equivalência patrimonial	(54)	174	–	–
Despesas financeiras	10.627	7.069	10.692	7.132
Receitas financeiras	(1.607)	(1.087)	(1.692)	(1.178)
Resultado Antes das Provisões Tributárias	**(9.377)**	**(10.756)**	**(9.377)**	**(10.713)**
(-) Impostos IRPJ e CSLL - Correntes	–	–	–	(43)
(-) Provisão IRPJ e CSLL - Diferidos	1.367	3.022	1.367	3.022
Lucro Líquido do Período	**(8.010)**	**(7.734)**	**(8.010)**	**(7.734)**

Demonstrações do Resultado Abrangente	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Resultado do exercício	(8.010)	(7.734)	(8.010)	(7.734)
Resultado abrangente total	**(8.010)**	**(7.734)**	**(8.010)**	**(7.734)**
Resultado antes dos tributos sobre lucro	**(8.010)**	**(7.734)**	**(8.010)**	**(7.734)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(8.010)	(7.734)
Ajuste para: Depreciação e amortização	1.834	883
Equivalência patrimonial	54	(174)
Provisão para contingências	(75)	46
Impostos diferidos	(1.367)	(3.022)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(2.167)	(495)
Aplicações financeiras	(30.538)	(30.291)
Tributos a compensar e a recuperar	613	1.271

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital social	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2018	**59.797**	**(30.556)**	**29.239**
Resultado do período	–	(3.360)	(3.360)
Saldos em 30/06/2019	**59.797**	**(33.917)**	**25.879**
Resultado do período	–	(4.650)	(4.651)
Saldos em 31/12/2019	**59.797**	**(38.568)**	**21.229**
Despesas antecipadas	513	358	546
Outros créditos	(5.070)	3.936	(5.038)	3.913
Depósitos judiciais e caução	(21)	88	(52)	56
Aumento/(redução) nos passivos operacionais				
Contas a pagar	8.862	3.832	9.006	3.967
Créditos em circulação e estabelecimentos a pagar	23.838	37.458	23.837	37.458
Obrigações tributárias	(193)	282	(194)	281
Obrigações trabalhistas	1.351	256	1.358	244
Empréstimos	5.003	–	5.003	–
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) pelas atividades operacionais	**(5.373)**	**6.734**	**(5.244)**	**6.757**
Aquisição de investimento	(9)	(64)	(9)	(64)
Aquisição ativo imobilizado/intangível	(3.480)	(589)	(3.480)	(589)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(3.489)**	**(653)**	**(3.489)**	**(653)**
Aumento de capital social	–	–	–	100
Caixa líquido proveniente financiamentos	**–**	**–**	**–**	**100**
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(8.872)**	**6.082**	**(8.743)**	**6.102**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	18.988	12.906	19.053	12.950
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	10.116	18.988	10.310	19.052
Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(8.872)**	**6.082**	**(8.743)**	**6.102**

Antonio Carlos Costa - Contador: CRC 1SP220084/O-7

Jornal ODIASP

3258-0273

UHE São Simão Energia S.A.

CNPJ nº 27.352.303/0001-20

Aviso Aos Acionistas

A UHE São Simão Energia S.A. informa que se acha à disposição dos acionistas, na sede desta Companhia, situada na Fazenda Barreiro Rico, em Kubitschek, nº 1.909, Torre Norte, 27º andar, sala 01, Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, os documentos que trata o Artigo 133 da Lei nº 6404/76, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2019. São Paulo, 25 de março de 2020. **A Administração. (25, 26 e 27/03/2020)**

LEILÃO DE ARTE

Leilão de Arte - Gustavo Augusto Magalhães Leiloeiro oficial JUCESP 1128) comunica que será realizado o leilão de arte nos dias 28/03/20 às 13hrs e 31/03/20 às 20hrs.www.gmleiloes.com Alameda Piratinins 628 SP/SP (11) 94435-0642 diretoria@gmleiloes.com

EDITAL DE NÃO CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo – SINDILEX com sede na Rua Japurá, 43 , sobreloja – Bela Vista – CEP 01319-030– São Paulo/SP, inscrito no CNPJ sob nº 62.955.000/0001-08 Corrêa Alves, no uso das suas atribuições Estatutárias, nos termos do artigo 6º, alínea "d" e artigo 7º, alínea "a" do Estatuto, combinado com o artigo 550 da Consolidação das Leis do Trabalho vem a público informar que não convocará Assembleia Geral Ordinária para aprovação de contas do exercício de 2019, em virtude da situação de emergência oficial declarada por ocasião edição do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, dentro da responsabilidade social do Sindicato de evitar o fluxo e aglomerações de pessoas como política para enfrentamento do coronavírus (COVID-19). A nova data da Assembleia para apresentação das contas do Sindicato será divulgada oportunamente, assim que a situação estiver normalizada segundo as orientações das autoridades de saúde pública. São Paulo, 26 de março de 2020. SÔNIA MARIA CORREA ALVES. Presidente – Sindilex.

Administração e Participações Finance Ltda.

CNPJ/MF nº 03.325.043/0001-35

Edital de Convocação

Ficam os senhores sócios convocados a **se reunirem Reunião Extraordinária**, que será realizada no dia 06/04/2020, às 8:00 horas, na sede social, São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, nº 2344, 6º andar, conjunto 64, sala 01, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** nomeação de Diretor sócio ou não, cujo cargo se acha vago. São Paulo, 20/03/2020. **América do Sul Empreendimentos e Participações S/A** (Sócio quotista majoritário)

MOINHO PROGRESSO S/A

CNPJ Nº 60.866.688/0001-19

Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 08 de abril de 2020 - CONVOCAÇÃO

A diretoria da sociedade convida os Srs.(as) Acionistas da Moinho Progresso S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária para tratar da ordem do dia: Alteração do endereço da sede para Rua Cardeal Arcoverde, nº 1.195, cj. 2.204 e 2.205 da Pinheiros, na sede social, na Emilio Goeldi nº 95, a realizar-se às 10 horas, do dia 8 do mês de abril de 2020. Ordem do dia: Leitura, discussão e votação da proposta de reforma do Estatuto Social e posterior consolidação do Novo Estatuto, contando com as seguintes alterações: Criação e regulamentação da Diretoria Comercial, Alteração das competências e funcionamento da Diretoria; Alteração na forma de convocação e competências da Assembleia Geral; Adequação de texto o Estatuto às modificações introduzidas, com respaldo específico em competências e remuneração dos órgãos; Ficam inalteradas o Objeto Social e a Política de Dividendos. **AVISOS GERAIS (COVID 19):** O Estatuto compilado e a proposta integral de reforma do Estatuto encontram-se à disposição dos acionistas, para consulta, na sede da companhia, podendo ser retirados por terceiros devidamente autorizados em documento assinado e datado. Levando-se em consideração a situação de Emergência de Saúde Pública e o decreto 64.881/2020 do Estado de São Paulo, os documentos também poderão ser enviados, mediante requerimento do interessado, por e-mail, através de mensagem eletrônica requerendo a indicação do email para resposta. A requisição deverá ser endereçada a magpress@uol.com.br aos cuidados da Sra. Adriane. Os acionistas podem ser representados por procuradores mandatados, atendendo os critérios legais e em especial o art. 126 da Lei 6404/76, com poderes específicos para votar a pauta convocatória. São Paulo, 26 de março de 2020. **Renato Ragazzini, Diretor Presidente, Rodrigo Gioscetti Gentili, Diretor.** (26-27-28)

Zanettini, Barossi S/A Indústria e Comércio

CNPJ 61.357.406/0001-10

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 (Em R$)

Ativo	2019	2018
Circulante		
Caixa e Equivalente de Caixa	16.060.560,35	9.683.263,40
Duplicatas a Receber	10.938.699,22	19.136.171,09
Estoques	24.430.240,83	55.081.879,31
Outros Créditos	10.550.014,40	3.229.041,29
Despesas do Exercício Seguinte	15.884,17	16.697,20
Total do Circulante	**61.995.398,97**	**87.147.043,60**
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	551.208,34	477.016,62
Investimentos	95.721,45	95.721,45
Imobilizado	16.445.163,01	14.891.073,46
Intangível	271.169,29	166.623,63
Total do Não Circulante	**17.363.262,13**	**15.630.435,16**
Total do Ativo	**79.358.661,10**	**102.777.478,76**

Passivo	2019	2018
Circulante		
Fornecedores	9.837.408,82	13.030.334,02
Obrigações Tributárias	3.852.236,48	3.048.865,73
Obrigações Tributárias - Parceladas	4.260.232,76	6.193.111,81
Salários a Pagar	1.024.176,00	1.088.593,13
Provisão de Férias/Encargos	4.559,995,05	4.778.447,25
Provisão p/ PLR	595.000,00	484.000,00
Juros s/ Capital Próprio a Pagar	977.500,00	–
Outras Obrigações	10.507.004,45	37.906.113,04
Empréstimos/Financiamentos	3.747.638,80	3.413.805,88
Total do Circulante	**39.355.193,36**	**69.943.270,36**
Não Circulante		
Fornecedores	1.893.000,00	1.580.800,00
Obrigações Tributárias - Parceladas	12.301.782,35	5.762.195,18
Empréstimos/Financiamentos	5.379.440,08	6.403.123,88
Total do Não Circulante	**19.574.222,43**	**13.746.119,06**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	15.000.000,00	15.000.000,00
Reserva de Lucros	4.429.245,31	4.088.089,34
Total do Patrimônio Líquido	**20.429.245,31**	**19.088.089,34**
Total do Passivo	**79.358.661,10**	**102.777.478,76**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 - (Em R$)

	Capital Social	Reserva de Lucros: Retenção de Lucros	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva de Contingência	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**15.000.000,00**	**744.231,73**	**1.928.206,36**		**11.672.436,09**	**29.344.874,18**
Lucro do Exercício	-	-	-		1.611.501,70	1.611.501,70
Distribuição de Dividendos	-	(195.850,45)	-		-	(195.850,45)
Reserva Legal	-	-	80.575,09		(80.575,09)	-
Retenção de Lucros	-	1.530.926,61	-		(1.530.926,61)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**15.000.000,00**	**2.079.307,89**	**2.008.781,45**		**-**	**19.088.089,34**
Lucro do Exercício	-	-	-		1.744.031,40	1.744.031,40
Distribuição de Dividendos	-	(402.875,43)	-		-	(402.875,43)
Reserva Legal	-	-	87.201,57		(87.201,57)	-
Retenção de Lucros	-	1.656.829,83	-		(1.656.829,83)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019

Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ/MF nº 19.893.489/0001-13

VERDE

Relatório da administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A Verde Asset Management S.A. e a Verde Serviços Internacionais S.A. (em conjunto, "Verde Asset") adotam uma filosofia de investimento que se baseia em estudo e trabalho internos de pesquisa e em um processo profundo de análises macro e microeconômicas com vieis fundamentalista, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Asset possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações entre as diversas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as decisões sejam discutidas internamente por todos e a qualquer momento, garantindo o entendimento geral das oportunidades e qualidade nas decisões. Em 31 de dezembro de 2019, a Verde Asset possuía R$ 47,32 bilhões de ativos sob gestão. ***Destaques do período:*** **• Receitas Operacionais:** Em 2019 as receitas operacionais auferidas pela Verde Asset passaram a ser compostas pelas: (a) Taxa de Administração, calculada sobre o valor do patrimônio líquido de cada fundo, e calculada e deduzida diariamente do patrimônio líquido do fundo. O total da taxa de administração corresponde a R$ 516.521 mil, e (b) Taxa de Performance, sempre que aplicável e disponível no regulamento do fundo, sendo equivalente a um percentual aplicável sobre a valorização da cota de cada fundo que exceder 100% (cem por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de administração. O valor devido como taxa de performance é provisionado diariamente pelo fundo, pago semestralmente em 30.06 e 31.12 de cada ano ou no resgate de quotas, o que ocorrer primeiro. Na eventualidade das cotas apresentarem rentabilidade inferior à variação do índice de referência, ao final de um período de performance, nenhuma taxa de performance será paga, até que seja compensada a diferença negativa entre a variação da rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no período corresponde a R$ 304.921 mil. **• Receitas Financeiras:** As receitas acrescem em 2019 totalizaram R$9.692 mil, tendo substancialmente, sido originada de aplicações financeiras disponibilizadas por operações compromissadas com lastro em DI, com remuneração de até 96% do CDI, com liquidez imediata e vencimento até dezembro de 2021 e também aplicação em fundo de renda fixa com rentabilidade atrelada ao CDI. **• Despesas Operacionais:** As despesas estimadas totalizaram R$ 191.889 mil, sendo R$ 18.828 mil referente a despesas administrativas, R$ 172.331 mil de despesas com pessoal, R$ 240 mil de despesas de depreciação e amortização e R$ 390 mil de despesas financeiras. **• Imposto:** Imposto de renda e contribuição social sobre

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante		**160.715**	**102.201**	**450.842**	**245.961**
Caixa e equivalentes de caixa	3	148	97	276.953	203.577
Instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado		-	55	-	55
Contas a receber	4	-	-	172.911	41.156
Dividendos a receber	5	160.559	102.042	-	-
Despesas antecipadas		-	-	861	1.004
Outros créditos		7	7	117	224
Não circulante		**5.894**	**5.894**	**17.925**	**17.048**
Depósitos judiciais	8	-	-	17.519	16.343
Investimentos	5	5.894	5.894	-	-
Imobilizado	6	-	-	313	501
Intangível	6	-	-	93	204
Total do ativo		**166.609**	**108.095**	**468.767**	**263.009**

PASSIVO	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante		**160.519**	**102.005**	**438.901**	**240.551**
Contas a pagar		-	-	495	781
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	7.1	-	-	138.147	77.001
Obrigações fiscais	7.2	-	-	139.740	60.764
Dividendos a pagar		160.519	102.005	160.519	102.005
Não circulante		-	-	**23.776**	**16.368**
Provisão para contingências	8	-	-	23.776	16.368
Patrimônio líquido	9	**6.090**	**6.090**	**6.090**	**6.090**
Capital social		5.000	5.000	5.000	5.000
Reserva de lucros		1.090	1.090	1.090	1.090
Total do passivo e patrimônio líquido		**166.609**	**108.095**	**468.767**	**263.009**

Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receitas com prestação de serviços		-	-	621.452	442.353
(-) Impostos e contribuições sobre serviços prestados		-	-	(91.369)	(43.362)
Receita operacional líquida		-	-	**730.068**	**398.991**
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	5	361.940	191.531	-	-
Despesas administrativas	10	(110)	(112)	(18.828)	(15.765)
Despesas com pessoal	11	-	-	(172.331)	(102.485)
Despesas com depreciação e amortização		-	-	(240)	(336)
Despesas tributárias		-	-	(390)	(202)
Resultado operacional		**361.830**	**191.419**	**538.179**	**280.143**
Receitas (despesas) financeiras	12	9	10	9.692	8.326
Resultado antes do IR e da CS		**361.839**	**191.429**	**547.861**	**288.469**
IR e CS corrente	13	-	-	(186.022)	(97.040)
Lucro líquido do exercício		**361.839**	**191.429**	**361.839**	**191.429**
Ações do capital social ao final do exercício		5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000
Lucro por ação do capital social no fim do exercício - R$		72,37	38,29	72,37	38,29

Demonstração do resultado abrangente - Exercício findo em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro líquido do exercício	361.839	191.429	361.839	191.429
Resultado abrangente do exercício	**361.839**	**191.429**	**361.839**	**191.429**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Lucros Legal	Reserva de Lucros Outras	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**5.000**	**1.000**	**90**	-	**6.090**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	191.429	191.429
Destinação: Dividendos pagos	-	-	-	(89.424)	(89.424)
Dividendos propostos	-	-	-	(102.005)	(102.005)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**5.000**	**1.000**	**90**	-	**6.090**
Saldo em 31 de dezembro 2018	**5.000**	**1.000**	**90**	-	**6.090**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	361.839	361.839
Destinação: Dividendos pagos	-	-	-	(201.320)	(201.320)
Dividendos propostos	-	-	-	(160.519)	(160.519)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**5.000**	**1.000**	**90**	-	**6.090**

sócia ou quotista, titular de debêntures ou partes beneficiárias, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. **b)** A Verde Serviços Internacionais S.A., com sede na República Federativa do Brasil, na cidade de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr.,º 700 – 11º andar, tem por objeto social os seguintes itens: **i.** Exercício da administração de carteiras e valores mobiliários; **ii.** Gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas constituídos no exterior; **iii.** Execução de serviços de controle em geral correlatos à administração e gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas constituídos no exterior; e **iv.** Prestação de serviços de controle de ações de fundos de investimento e carteiras administradas constituídas no exterior. **6. Imobilizado e intangível (Consolidado)**

Imobilizado

	2019	2018
Instalações	10	10
Depreciação acumulada	(1)	(1)
Valor contábil líquido	**9**	**9**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	66	66
Depreciação acumulada	(42)	(24)
Valor contábil líquido	**23**	**32**
Mobiliário	208	208
Depreciação acumulada	(99)	(79)
Valor contábil líquido	**109**	**129**
Máquinas	22	22
Depreciação acumulada	(11)	(6)
Valor contábil líquido	**11**	**16**
Aparelhos de refrigeração	24	24
Depreciação acumulada	(13)	(11)
Valor contábil líquido	**11**	**13**
Equipamentos de comunicação	184	181
Depreciação acumulada	(79)	(63)
Valor contábil líquido	**105**	**118**
Equipamentos - Hardware	931	890
Depreciação acumulada	(661)	(690)
Valor contábil líquido	**270**	**200**
Imobilizado total	1.424	1.360
Depreciação acumulada total	(1.111)	(1.063)
Valor contábil líquido do imobilizado	**313**	**501**
Intangível	**2019**	**2018**
Softwares	825	825
Amortização Acumulada	(732)	(621)
Valor contábil líquido do intangível	**93**	**204**

7. Outros obrigações: 7.1. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Provisão de férias e encargos	2.138	2.243
Provisão de bônus e encargos (a)	134.802	73.490
Encargos sobre folha	1.207	1.268
Total	**138.147**	**77.001**

(a) As Controladas possuem um programa de bônus, que tem por finalidade permitir que os colaboradores elegíveis, que cumpram as regras ora estabelecidas, recebam bônus como contraprestação por seu desempenho profissional individual e coletivo em função dos resultados da Companhia e de seus controladas em cada exercício social e sujeito aos limites dispostos nesse Programa, de modo a: (i) estimular o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos Colaboradores aos da Companhia e seus acionistas; (iii) estimular a permanência dos Colaboradores.

7.2. Obrigações fiscais

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social	116.470	53.563
PIS e COFINS a recolher	19.122	5.898
ISS a recolher	4.126	1.269
Outros impostos a recolher	22	34
Total	**139.740**	**60.764**

8. Provisão para contingências: ISS – Gestão fundos internacionais: Em julho de 2018, a Verde Serviços Internacionais S.A. impetrou o Mandado de Segurança nº 10335530.62.2018.8.26.0053 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 14ª Vara de Fazenda Pública da Cidade de São Paulo, para pleitear o reconhecimento do direito da Companhia de não sujeitar ao ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza) os valores advindos da prestação de serviços de gestão de fundos quando prestados para investidores em fundos estabelecidos no exterior, sendo que o juiz de primeiro grau deferiu liminar requerida pela Companhia para autorizá-la a depositar em juízo os valores relativos ao imposto vencido e a vencer, conforme decisão interlocutória de 29 de julho de 2018. O valor total depositado em juízo, corrigido até a data-base de 31 de dezembro de 2019 é de R$ 17.367 (2018 – R$ 16.343). Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou por constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais efetuados, o passivo contingente, corrigido até a data-base de 31 de dezembro de 2019, totalizava R$ 5.56 bilhões (R$ 5.92 bilhões em 2018). Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R$ 172.911 (2018 – R$ 41.158) referia-se a taxa de administração e performance, que foi reconhecida no resultado do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a receita de taxa de gestão e performance dos fundos nacionais e internacionais totalizou R$ 821.452 (2018 – R$ 442.353) e está registrada em "Receitas com prestação de serviços".

9. Investimentos em controladas: A Companhia possui as seguintes investimentos:

	Percentual de participação	Capital social	Reserva de lucros	Lucro líquido do exercício	Dividendos pagos/propostos	Patrimônio líquido	Saldo final de investimento 2019
Verde Asset	100%	2.811	492	17.403	(17.403)	3.312	3.312
Verde Serviços	100%	2.101	420	20.128	(20.128)	2.521	2.521
						TOTAL	**5.894**

	Percentual de participação	Capital social	Reserva de lucros	Lucro líquido do exercício	Dividendos pagos/propostos	Patrimônio líquido	Saldo final de investimento 2018
Verde Asset	100%	2.811	492	17.403	(17.403)	3.312	3.312
Verde Serviços	100%	2.101	420	20.128	(20.128)	2.521	2.521
						TOTAL	**5.894**

a) A Verde Asset Management S.A., com sede no Estado do São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr.,º 700 – 11º andar, tem por objeto social os seguintes itens: **i.** O exercício da administração de carteiras e valores mobiliários próprios ou de terceiros, especificamente a (i) fundos de hedge; (ii) fundos de investimentos em participações e (a iii) fundos de renda fixa ofertada a investidores institucionais, em qualquer caso (a.i), (a.ii) e (a.iii), no Brasil e no exterior; e **ii.** A participação no capital e nos lucros de outras empresas nacionais ou estrangeiras na condição de acionista, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incertezas relevante em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nossa opinião. Entretanto, fatos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantenedora de continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio de grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas da auditoria, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Edison Arsiria Pereira Contador CRC 1SP127241/O-0

Aneel suspende por 90 dias cortes no fornecimento de energia elétrica

Começou a valer a partir desta quarta-feira (25) a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de suspender durante 90 dias o corte no fornecimento de energia elétrica dos consumidores residenciais urbanos e rurais e também de atividades essenciais no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (covid-19). O prazo poderá ser prorrogado, casos haja necessidade.

A decisão foi tomada ontem pela diretoria da agência em reunião extraordinária, realizada por meio virtual, e se aplica às distribuidoras de energia elétrica. Além da proibição da suspensão do fornecimento de energia elétrica, a Aneel também autorizou as distribuidoras a suspender o atendimento presencial e determinou que elas tomem medidas para priorizar os atendimentos telefônicos das solicitações de urgência e emergência e intensifiquem o uso de meios automáticos de atendimento ao consumidor.

Além da suspensão do atendimento presencial, a Aneel também determinou outras medidas para evitar a circulação de profissionais que prestam serviços para as distribuidoras, como a suspensão da entrega da fatura mensal impressa no endereço dos consumidores e a permissão para que as distribuidoras realizem a leitura de consumo em horários diferentes do usual ou mesmo a suspensão da leitura.

Ao adotar a suspensão da entrega da fatura impressa, as distribuidoras deverão enviar fatura eletrônica ou o código de barras aos consumidores, por meio de canais eletrônicos ou disponibilizá-las em site ou aplicativo.

Já na hipótese de suspensão da leitura do consumo, o faturamento será feito com base na média aritmética do consumo nos últimos 12 meses. "A distribuidora deverá disponibilizar meios para que o consumidor possa informar a auto-leitura do medidor, em alternativa ao faturamento pela média", disse a Aneel.

Outra medida aprovada pela agência foi a suspensão dos prazos para que os clientes realizem pedidos de ressarcimento por danos em equipamentos, em razão de problemas no fornecimento de energia. Segundo a Aneel, a medida é necessária, "uma vez que o processo de ressarcimento envolve a circulação de técnicos até a casa do consumidor para verificar o dano." (Agencia Brasil)

Jornal O DIA SP
Ligue: 3258-0273
e-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Fupresa S/A

CNPJ 62.576.327/0001-63

Aviso aos Acionistas e Convocação de AGOE

Encontra-se à disposição dos Acionistas na sede da empresa, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76. Ficam convocados os Srs. Acionistas para AGO/AGE a realizar-se no dia 30 de Abril de 2020 às 09h em 1ª convocação e às 10h em 2ª convocação na sede da empresa à Avenida das Nações Unidas, 8.917, Pinheiros, São Paulo/SP para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **a)** Exame e aprovação das Demonstrações Financeiras e Relatório da Diretoria; b) Outros assuntos de interesse da Sociedade. São Paulo, 23 de março de 2020.

Antônio Carlos Alves Bevilacqua - Diretor de Operações

América do Sul Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF 48.778.401/0001-00

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária no dia 30/04/2020, às 09:00 horas, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 2344 - 13º andar, São Paulo, Capital**, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia: a)** Tomada de contas dos administradores; exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019, as quais se encontram disponíveis no endereço acima; **b)** Eleição dos membros da Diretoria com mandato até a AGO de 2022; **c)** Fixação da remuneração mensal dos Diretores; **d)** Outros assuntos de interesse da Sociedade. São Paulo, 20/03/2020. As. Keizo Uehara - Diretor Superintendente.

Baldan Implementos Agrícolas S.A.

CNPJ/MF Nº 52.311.347/0001-59 - NIRE 35300028262

Aviso aos Acionistas

Baldan Implementos Agrícolas S/A, comunica que se acham a disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Baldan, nº 1500 - na cidade de Matão, Estado de São Paulo, os documentos de que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019. Matão, 26 de março de 2020.

Walter Baldan Filho
Presidente do Conselho de Administração. (26,27,28)

EDITAL DE CITAÇÃO DETERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS **RICARDO NAHAT,** Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente a usucapião administrativo, processado sob nº 792.628 de 22 de novembro de 2019 a requerimento de **DACIO LUIZ OLIVEIRA PROTTA**, brasileiro, médico, RG nº 4.901.201SSP/SP e CPF nº 912.909.708-82 e sua mulher CELI LUCONE, brasileira, médica, RG nº 7.743.273-3 e CPF nº 094.142.138-48, casados na vigência da Lei 6.515/77, sob o regime da comunhão de bens, conforme escritura de pacto antenupcial, devidamente registrada sob nº 11.201, neste Registro, residentes e domiciliados na Avenida Jurití nº 646, Moema, cep 04520-001, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como aos confrontantes Ana Maria Neves e/ou sucessores, que Dacio Luiz Oliveira Protta e sua mulher Celi Lucone, acima qualificados, requereram a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 65/2017 da CNJ, visando a declaração de domínio sobre um prédio e respectivo terreno situado na Avenida Jurití nº 646, antigo nº18, em Indianópolis – 24º Subdistrito, devidamente descrito na transcrição nº 66.605 no 14º Registro de Imóveis, de propriedade de Maria Lucila de Oliveira e Heloísa de Oliveira, alegando e comprovando posse mansa e pacífica a mais de 20 anos. Estando eles ausentes, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 16 do provimento 65/2017 do CNJ. Será o presente edital, por extenso, afixado e publicado. São Paulo, 30 de janeiro de 2020. 11 e 26/03

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Cosan – Barracred Cosan

CNPJ/MF nº 01.439.307/0001-01 - NIRE 35.400.042.150

Autorização Banco Central Nº DESPA/REORF-56/2368

Cancelamento de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Cosan - Barracred Cosan, vem através do presente Cancelar a convocação da Assembleia Geral Ordinária que seria realizada no dia 05/04/2020, na cidade de São Paulo/SP, no Centro Cultural Vila Prudente/Estância Barra Bonita", situado na Rua João da Silva Nogueira nº 2700, Bairro São Benedito, em Barra Bonita/SP, tendo em vista o cenário extremo decorrente do Coronavírus, e considerando: a) a configuração de caso fortuito e força maior, nos termos da legislação civil; b) a publicação do Decreto do Estado de São Paulo n. 64.862, de 13/03/2020, que dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações no setor privado estadual; c) a decretação de Estado de Calamidade pelo Executivo Federal e, em especial; d) o comprometimento da cooperativa com os seus cooperados e as suas comunidades. Esta decisão está em consonância com a CCI – 015/2020 – Sicoob Central Cecresp, de 18 /03/2020, a qual foi endereçada às Cooperativas filiadas, tendo como assunto: Orientações sobre o adiamento, cancelamento de convocação, ou realização à distância (por canais digitais) das Assembleias Gerais Ordinárias (AGO) de 2020 - Covid-19. A assembleia em questão fica adiada por tempo indeterminado. Barra Bonita/SP, 24/03/2020. **Luis Carlos Veguin** - Presidente do Conselho de Administração.

Apsen Farmacêutica S/A

CNPJ/MF nº 62.462.015/0001-29 - NIRE 35300159632

Edital de Convocação

Ficam convidados os Senhores Acionistas da **Apsen Farmacêutica S/A**, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar, em primeira convocação, às 14h00 do dia 24/04/2019, e, em segunda convocação às 14:30h, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua La Paz, nº 37/67, Santo Amaro, CEP 04755-020, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **En Assembleia Geral Ordinária: (a)** apreciação das demonstrações financeiras, o relatório da administração, orçamento de capital, as contas dos administradores e os resultados da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31/12/2019; **(b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2019; **(c)** deliberar acerca da remuneração global da Diretoria para adequação aos parâmetros de mercado; e **En Assembleia Geral Extraordinária: (d)** deliberar sobre a proposta de aumento de capital da Companhia, mediante a capitalização de lucros e reservas; **(e)** deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio do exercício de 2020; e **(f)** deliberar sobre a alteração do estatuto da Companhia para ajustar a periodicidade de reuniões do Conselho Fiscal e para ajustar e tornar claros os poderes atribuídos aos Diretores da Companhia para contratação de financiamentos e concessão de garantias. **Avisos:** **1.** Tendo em vista as recomendações e restrições impostas recentemente pelo poder público em decorrência da pandemia COVID-19, apesar dos documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, bem como os documentos necessários para a aprovação das demais deliberações da ordem do dia estarem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, solicitamos que os Acionistas não venham solicitar tais documentos pessoalmente. Como já de costume, informamos que todos os referidos documentos já foram disponibilizados no Portal da Companhia. **2.** Também em decorrência da pandemia COVID-19, a assembleia poderá ser realizada virtualmente por meio da ferramenta Microsoft Teams e utilizada pela Companhia, ou outra ferramenta que possa substituí-la. Nesse caso, a administração da Companhia entrará em contato com cada um dos acionistas e/ou seus representantes, por meio de e-mail, em tempo hábil para informar e organizar referida reunião virtual. São Paulo/SP, 23/03/2020. **Renato Spallicci** - Diretor Presidente. **Renata Farias Spallicci** - Diretora de Assuntos Corporativos.

DIRETOR: **Pedro Fukui - Diretor Financeiro**

Synthesis CONTABILIDADE & RH **Contador Responsável - Henrique Luiz Gonzaga** - CRC 1SP250056/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixas consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por estas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos sobre a existência de distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissões ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nossa opinião. Entretanto, fatos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantenedora de continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio de grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas da auditoria, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Edison Arsiria Pereira Contador CRC 1SP127241/O-0

Verde Asset Management S.A.

CNPJ/NIF nº 19.749.535/0001-76

Relatório da administração

Senhores Acionistas, Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A Verde Asset Management S.A. adota uma filosofia de investimento que se baseia em estudo e trabalho interno de pesquisa e em análises macro e microeconômicas com ênfase em fundamentos, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Asset Management S.A. possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações entre as diversas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as decisões sejam discutidas internamente por todos e a qualquer momento, garantindo o entendimento geral das oportunidades e qualidade nas decisões. Em 31 de dezembro de 2019, a Verde Asset Management S.A. possuía R$ 67,33 bilhões de ativos sob gestão. **Destaques do período • Receitas Operacionais:** A Verde Asset Management S.A. passou a ser consolidada pela Verde Asset Management LLC, sociedade sob o controle do patrimônio líquido de cada Fundo e dedutida diariamente do patrimônio líquido do Fundo. O total da taxa de administração corresponderá a R$ 500,589 mil, e (b) Taxa de Performance, sempre que aplicável e disposto no regulamento no Fundo, sendo equivalente a um percentual aplicável sobre a valorização da cota de cada Fundo que exceder 100% (cem por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de administração. O valor devido como taxa de performance é provisionado diariamente pelo Fundo, pago semestralmente em 30.06 e 31.12 de cada ano ou no resgate de quotas, o que ocorrer primeiro. Na eventualidade das cotas apresentarem rentabilidade inferior à variação do índice de referência, no final de um determinado período, nenhuma taxa de performance será paga, até que seja comprovada a diferença entre a variação da rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no período corresponderá a R$ 304,855 mil. • **Receitas Financeiras:** As receitas auferidas em 2019 totalizaram R$ 9.285 mil, tendo sido originadas de aplicações financeiras representadas por CDB com lastro em DI, com remuneração de até 101% do CDI e também aplicação em fundo de renda fixa com rentabilidade atrelada ao CDI. • **Despesas Operacionais:** As despesas operacionais totalizaram R$ 182.604 mil, sendo R$ 165.768 mil de despesas de pessoal, R$ 2.203 mil de despesas de depreciação e amortização e R$ 249 mil de despesas tributárias. • **Impostos:** Imposto de renda e contribuição social totalizaram R$ 183.535 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. • **Resultado do Período:** Apresentou um lucro líquido de R$ 357.350 mil. • **Conjuntura Econômica:** A Companhia avaliou que os riscos e incertezas resultantes da propagação do vírus Covid-19 não resulta em evento econômico que tenha relação com a continuidade de seu negócio e/ou de estimativas contábeis, entretanto pode haver redução no patrimônio dos fundos de investimento causando impacto nos rendimentos de seus clientes e consequentemente na receita da Companhia. **Auditores independentes:** Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram prestados à Verde Asset Management S.A. outros serviços pelos seus auditores independentes que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2019	2018
Circulante		**442.116**	**212.246**
Caixa e equivalentes de caixa	3	268.927	171.805
Contas a receber	4	171.571	39.803
Outros créditos		136	123
Despesas antecipadas		582	522
Não circulante		**482**	**581**
Depósitos judiciais	7	142	142
Imobilizado	5	249	378
Intangível	5	90	183
Total do ativo		**442.598**	**212.827**

PASSIVO	Nota	2019	2018
Circulante		**433.021**	**209.434**
Contas a pagar		1.734	14
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	6.1	134.356	48.557
Obrigações fiscais	6.2	139.016	58.560
Dividendos a pagar	8.3	158.243	102.039
Não circulante		**6.266**	-
Provisão para contingências	7	6.266	-
Patrimônio líquido		**3.315**	**3.373**
Capital social	8.1	2.811	2.811
Reserva de lucros	8.2	504	562
Total do passivo e do patrimônio líquido		**442.598**	**212.807**

Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	2019	2018
Receitas com prestação de serviços	9	685.440	369.107
(-) Impostos e contribuições sobre serviços prestados	10	(91.044)	(41.817)
Receita operacional líquida		**714.404**	**327.290**
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	11	(16.544)	(11.457)
Despesas com pessoal	12	(165.768)	(83.972)
Despesas com depreciação e amortização		(263)	(258)
Despesas tributárias		(249)	(132)
Resultado operacional		**531.580**	**231.471**
Receitas (despesas) financeiras	13	9.285	6.281
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**540.865**	**237.752**
Imposto de renda e contribuição social	14	(183.535)	(66.246)
Lucro líquido do exercício		**357.330**	**171.493**
Quantidade de ações ordinárias		2.811.000	2.811.000
Lucro por ação do capital social no fim do exercício – R$		127,11	60,98

Demonstração do resultado abrangente - Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	357.330	171.493
Resultado abrangente do exercício	**357.330**	**171.493**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2017	**2.811**	**562**	-	**3.373**
Lucro do exercício	-	-	171.493	171.493
Destinação do lucro líquido do exercício:				
Dividendos pagos	-	-	(69.364)	(69.364)
Dividendos a pagar	-	-	(102.038)	(102.038)
Em 31 de dezembro de 2018	**2.811**	**562**	-	**3.373**
Lucro do exercício	-	-	357.310	357.310
Destinação do lucro líquido do exercício:				
Dividendos pagos	-	-	(198.067)	(198.067)
Dividendos a pagar	-	-	(159.243)	(159.243)
Em 31 de dezembro de 2019	**2.811**	**562**	-	**3.315**

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e da contribuição social	540.865	257.752
Ajustes: Despesas com depreciação e amortização	263	258
Provisão para contingências	6.266	-
Lucro ajustado pelo impacto de renda e contribuição social ajustado	**547.312**	**258.010**
(Aumento) em contas a receber	(131.768)	(31.919)
Redução em instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	43.837
(Aumento) em outros créditos	(15)	(60)
(Aumento) em despesas antecipadas	(60)	(101)
(Aumento) em depósitos judiciais	(142)	-
Aumento (redução) em contas a pagar	169	(78)
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias	85.799	10.563
Aumento em obrigações fiscais	16.092	2.255
Caixa gerado nas operações	**517.392**	**282.428**
Impostos de renda e contribuição social pagos	(114.277)	(73.428)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**368.154**	**209.000**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado/intangível	(47)	(100)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(47)**	**(100)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos no exercício	(300.109)	(148.529)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	**(300.109)**	**(148.529)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**68.000**	**60.429**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	171.805	111.376
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	239.805	171.805
Aumento líquido em caixa e equivalentes	**68.000**	**60.429**

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	1.734	14
Aplicações financeiras (*)	268.057	171.806
Total	**269.805**	**171.805**

(*) Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras estão representadas por operações compromissadas com lastro em DI e/ou títulos públicos, com remuneração de até 101% do CDI e por cotas do Fundo "VGC Renda Fixa Referenciado DI", administrado pelo Credit Suisse Hedging Griffo Corretora de Valores Mobiliários, com liquidez imediata e com ativos representados substancialmente por operações compromissadas. O resultado com operações compromissadas e com cotas de Fundos de Investimentos, em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 9.268 (2018 – R$ 5.951) e estão registrados em "Receitas financeiras". **4. Contas a receber:** A Verde Asset Management S.A., realiza a gestão da carteira de fundos nacionais e/ou administração está sob a responsabilidade da Credit Suisse Hedging-Griffo DTVM S.A. e BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., sendo que os principais fundos são Fundos geridos no país, em 31 de dezembro de 2019, totalizam R$ 47,33 bilhões (2018 – 27,38 bilhões). Em 31 de dezembro de 2019, o montante a receber de R$ 171.571 (2018 – R$ 39.803) referem-se a taxa de administração e performance, a ser recebida em janeiro de 2020. **5. Imobilizado e intangível:** A composição do saldo está abaixo apresentada:

Imobilizado	2019	2018
Instalações	10	10
Depreciação acumulada	(5)	(4)
Valor contábil líquido	**5**	**6**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	49	49
Depreciação acumulada	(30)	(25)
Valor contábil líquido	**19**	**24**
Mobiliário	165	165
Depreciação acumulada	(128)	(153)
Valor contábil líquido	**37**	**12**
Máquinas	22	22
Depreciação acumulada	(17)	(10)
Valor contábil líquido	**5**	**12**
Equipamentos de informação	110	110
Depreciação acumulada	(59)	(43)
Valor contábil líquido	**51**	**67**
Equipamentos - Hardware	684	684
Depreciação acumulada	(624)	(503)
Valor contábil líquido	**60**	**181**
Imobilizado total	**1.076**	**1.038**
Depreciação acumulada total	**(859)**	**(660)**
Valor contábil líquido de imobilizado em 31 de dezembro	**249**	**378**
Intangível	**2012**	**2012**
Software	252	252
Amortização Acumulada	(162)	(69)
Valor contábil líquido do intangível em 31 de dezembro	**90**	**183**

6. Outras obrigações: 6.1. Obrigações trabalhistas e previdenciárias: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2019	2018
Provisão de férias e encargos	2.043	1.572
Provisão de bônus e encargos (a)	131.117	46.275
Obrigações sobre folha	1.147	710
Total	**134.356**	**48.557**

(a) A Companhia possui um programa de bônus, que tem por finalidade premiar seus colaboradores pelos seus esforços, que compram as regras nos estabelecidos, recebam bônus como contraprestação por seu desempenho profissional individual e coletivo em relação aos objetivos estabelecidos para o exercício social e sujeito aos limites disposto nesse Programa, de modo a: (i) estimular o foco e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos Colaboradores com os Controladores e os demais sócios da Companhia; (iii) estimular a permanência dos Colaboradores. **6.2. Obrigações fiscais:** A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2019	2018
Impostos e taxas a recolher	119.843	50.455
ITR e CORRIG a recolher	19.122	5.899
ISS a recolher	1.428	1.696
Outros impostos	623	510
Total	**139.016**	**58.560**

7. Provisão para contingências: Em 18 de outubro de 2019, a Companhia foi citada em Processo Administrativo e Multado de Seguranças nº: 10190677-75.2019.4.03.6100 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 22ª Vara Cível Federal de São Paulo, para pleitear o recolhimento das contribuições previdenciárias correspondentes à terceiros, calculadas sob a folha de pagamento e rescisentíveis dos recolhimentos realizados nos últimos 5 anos. Em função de Mandado de Segurança, a Companhia pela contribuição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2019, é de R$ 6.204, com depósitos judiciais realizados em a mesma data, no montante de R$ 142. **8. Patrimônio líquido: 8.1. Capital Social:** O capital social da Companhia totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R$ 2.101, composto por 2.811.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **8.2. Reserva legal:** Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não pode exceder a 30% do capital social, sendo que o saldo restante será, semestralmente, destinado na sua totalidade ao pagamento de dividendos aos acionistas. **8.3. Dividendos:** Em 24 de janeiro de 2020, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R$ 159.243 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2019. Aprovaram parcela no valor de R$ 151.291 foi paga em 24 de janeiro de 2020 e a segunda parcela no valor de R$ 7.952 deverá ser paga em conformidade com o que for deliberado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Em 31 de julho de 2019, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R$ 102.038 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2018. A primeira parcela no valor de R$ 96.937 foi paga em 23 de janeiro de 2019, a segunda parcela no valor de R$ 5.102 deverá ser paga, conforme o que for deliberado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Em 31 de julho de 2018, foi aprovado pelos diretores a distribuição de dividendos intercalares ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R$ 69.364 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2017. A primeira parcela no valor de R$ 75.000 foi paga em 23 de janeiro de 2018, a segunda parcela no valor de R$ R$ 4.130 deverá ser paga em conformidade com o que for deliberado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **8.4. Destinação do resultado:** No exercício de 2019, os resultados foram destinados como segue:

	2019
Lucro líquido do exercício	**357.310**
Base de cálculo para destinação dos resultados	357.310
Dividendos pagos	(198.067)
Dividendos propostos	(159.243)

9. Receitas com prestação de serviços: A receita com serviço de gestão e performance para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi no montante de R$ 685.440 (2018 – R$ 369.107), reconhecida no regime de competência (nota 2.10). **10. Impostos e contribuições sobre serviços prestados:** As deduções das receitas operacionais são compostas pelos seguintes tributos:

	2019	2018
ISS – Alíquota 2%	(16.169)	(7.356)
PIS – Alíquota 1,65%	(13.350)	(6.131)
COFINS – Alíquota 7,60%	(61.525)	(28.330)
Total	**(91.044)**	**(41.817)**

11. Despesas administrativas: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2019	2018
Locação e instalações	(1.390)	(660)
Telecomunicações	(238)	(127)
Manutenção e conservação	(82)	(139)
Viagens	(6.238)	(3.399)
Materiais	(57)	(38)
Processamento de dados	(1.708)	(1.438)
Serviços de terceiros	(580)	(442)
Serviços especializados	(2.369)	(2.834)
Transporte	(15)	(113)

Demonstração do fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e da contribuição social	540.865	257.752
Ajustes: Despesas com depreciação e amortização	263	258
Provisão para contingências	6.266	-
Lucro ajustado pelo impacto de renda e contribuição social ajustado	**547.312**	**258.010**
(Aumento) em contas a receber	(131.768)	(31.919)
Redução em instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	43.837
(Aumento) em outros créditos	(15)	(60)
(Aumento) em despesas antecipadas	(60)	(101)
(Aumento) em depósitos judiciais	(142)	-
Aumento (redução) em contas a pagar	169	(78)
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias	85.799	10.563
Aumento em obrigações fiscais	16.092	2.255
Caixa gerado nas operações	**517.392**	**282.428**
Impostos de renda e contribuição social pagos	(114.277)	(73.428)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**368.154**	**209.000**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado/intangível	(47)	(100)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(47)**	**(100)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos no exercício	(300.109)	(148.529)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	**(300.109)**	**(148.529)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**68.000**	**60.429**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	171.805	111.376
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	239.805	171.805
Aumento líquido em caixa e equivalentes	**68.000**	**60.429**

	2019	2018
Viagens	(750)	(322)
Eventos institucionais	(600)	(718)
Outras despesas	(271)	(431)
Publicações	(36)	(27)
Total	**(16.544)**	**(11.457)**

12. Despesas com pessoal: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2019	2018
Bônus e encargos	(137.069)	(46.274)
Benefícios	(2.195)	(1.359)
Proventos	(19.779)	(12.556)
Encargos	(6.725)	(3.936)
Total	**(165.768)**	**(63.925)**

13. Resultado financeiro: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2019	2018
Rendimento de aplicações financeiras (Nota 3)	9.266	6.281
Despesas financeiras	(1)	(7)
Total	**9.265**	**6.281**

14. Imposto de renda e contribuição social: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018(nota 2.8), a Companhia foi tributada com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social devidos sobre os lucros tributáveis foram apurados conforme segue:

	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	**540.845**	**540.845**
Adições permanentes	14.311	14.311
Exclusões permanentes	6.154	6.154
Resultado Fiscal	**561.310**	**561.310**
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**561.310**	**561.310**
Imposto de renda (15%)	84.197	-
Imposto de renda - adicional (10%)	56.106	-
Contribuição social (9%)	-	50.518
Deduções por incentivos fiscais	(7.268)	-
Total	**133.037**	**50.518**
	Imposto de renda	**Contribuição Social**
Resultado antes da tributação	**257.752**	**257.752**
Adições permanentes	5.874	5.874
Adições temporárias	120	120
Resultado Fiscal	**263.750**	**263.750**
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**263.750**	**263.750**
Imposto de renda (15%)	39.563	-
Imposto de renda - adicional (10%)	26.352	-
Contribuição social (9%)	-	23.738
Deduções por incentivos fiscais	(3.305)	-
Total	**62.611**	**23.738**

15. Partes relacionadas: A Companhia é controlada pela Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., que detém 100% das ações ordinárias do capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta o saldo de dividendos a pagar no montante de R$ 159.243 (2018 – R$ 102.039). A Companhia possui cotas do Fundo de Investimento "VGC Fl Renda Fixa Referenciado DI", no valor de R$ 268.035 (2018 – R$ 171.741), sem vencimento, administrado pela Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores Mobiliários S.A. O resultado com essa aplicação foi de R$ 9.264 (2018 – R$ 5.948) no exercício. **a) Remuneração do pessoal-chave:** A remuneração total do pessoal-chave da administração, representado pelos diretores da Companhia corresponde demonstrado abaixo:

	2019	2018
Mesa Remuneração	10.652	7.454
Encargos sobre o total da remuneração	2.456	1.027
Total	**11.108**	**4.681**

16. Fatores de riscos financeiros: Risco de crédito: O risco de crédito surge na possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. A Companhia atenua os riscos de crédito aplicando os recursos em instituições financeiras de última qualidade e/ou em títulos do Tesouro Nacional. **Risco de mercado:** O risco de mercado está relacionado com a possibilidade de perda/ganho devido às flutuações de preços dos ativos financeiros. A Companhia investe apenas em ativos financeiros de baixo risco e mantém política de não operar com derivativos. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é controlado para que não haja descasamento na liquidação dos direitos e obrigações da Companhia. O monitoramento deste risco é crucial para permitir que as transações sejam liquidadas de maneira oportuna e segura. A Companhia aplica seus recursos financeiros em operações compromissadas com liquidez diária e Letras Financeiras do Tesouro que possuem liquidez elevada no mercado secundário.

Contador Responsável: Henrique Luiz Gonçalge - CRC 1SP256206/O-0

Diretores: Luis Stuhlberger Pedro Faikui Eleonora Calusso Cypel Synthesis

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Verde Asset Management S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações da Verde Asset Management S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Verde Asset Management S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentemente distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esses fatos. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras isentas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro da sua perspectiva nacional, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriados em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ação no sentido de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais ser mantir em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers
CRC 2SP000189/O-5
Edison Arraia Pereira
Contador CRC 1SP122741/O-0

Agro Nova Geração S/A

CNPJ nº 09.296.683/0001-46 - NIRE 35300348117

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

ORDEM DO DIA: Ficam convidados os Srs. Acionistas desta Sociedade a se reunirem em AGE, a realizar-se no dia 03/04/2020, às 09:00 hrs., em sua Sede Social na Rodovia Presidente Castello Branco, km 259, CEP 18702 310, Fazenda Cantão do Rio Pardo, s/nº, Cidade de Avaré/SP., a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia Extraordinária: a) Eleição de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme Altera Ata 123 da Lei nº 6.404/1976 c/c artigo 2.3 do Acordo de Acionistas. Avaré/SP., 04/03/2020. Damerson Evandro Furlan (26-27-28)

Agro Pecuária Furlan S/A

CNPJ nº 56.728.058/0001-00 - NIRE 35300036042

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

ORDEM DO DIA: Ficam convidados os Srs. Acionistas desta Sociedade a se reunirem em AGE, a realizar-se no dia 03/04/2020, às 14:00 hrs., em sua Sede Social na Fazenda Bom Jesus, s/nº, Bairro Alambari, CEP 13450 970, Santa Bárbara d'Oeste/SP., a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia Extraordinária: a) Eleição de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme Altera Ata 123 da Lei nº 6.404/1976 c/c artigo 2.3 do Acordo de Acionistas. Santa Bárbara d'Oeste/SP., 04/03/2020. Damerson Evandro Furlan. (26-27-28)

Usina Açucareira Furlan S/A

CNPJ nº 56.723.257/0001-26 - NIRE 35300035992

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

ORDEM DO DIA: Ficam convidados os Srs. Acionistas desta Sociedade a se reunirem em AGE, a realizar-se no dia 03/04/2020, às 09:00 hrs., em sua Sede Social na Rodovia Luiz de Queiroz (SP 304), km 143,5, Bairro Alambari, CEP 13450 970, Santa Bárbara d'Oeste/SP., a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia Extraordinária: a) Eleição de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme Altera Ata 123 da Lei nº 6.404/1976 c/c artigo 2.3 do Acordo de Acionistas. Santa Bárbara d'Oeste/SP., 04/03/2020. Damerson Evandro Furlan. (26-27-28)

PLAJO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS

CNPJ nº 61.160.180/0001-63

Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem no dia **30/04/2020 às 16h** na sua sede social, na Rua Capitão José Galho, 2.040 - Bairro Aliança - Ribeirão Pires/SP, afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Elevação do aumento do capital; b) Outros assuntos. Ribeirão Pires, 24/03/2020. **Vicente Baptista Bijarra** - Diretor Presidente. (25, 26 e 27/03)

Hidrovias do Brasil S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/NIF 12.648.327/0001-50NIRE 35.300.383.982

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A **Hidrovias do Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabóia, nº 215, 7º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.648.327/0001-53 ("Companhia") vem pelo presente, diante da atual conjuntura em razão da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do COVID-19, informar os senhores acionistas do **cancelamento** da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária convocada para o dia 25 de março de 2020, às 09:00 horas, na sede da Companhia, conforme Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal, nas edições dos dias 05, 06 e 07 de março de 2020. Em razão disso, fica sem efeito o referido Edital de Convocação publicado nas edições dos dias 05, 06 e 07 de março de 2020. **Ato contínuo**, a Companhia vem, pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), **convocar** os senhores acionistas para reverem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**Assembleia Geral**") a ser realizada, em primeira convocação, no dia **27 de abril de 2020, às 09:00 horas**, na sede da Companhia para deliberarem e votarem a respeito da seguinte ordem do dia: I. **Em Assembleia Geral Ordinária**: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (iii) Deliberar sobre o orçamento de Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iv) Deliberar sobre a reeleição de membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) Deliberar sobre a remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020. II. **Em Assembleia Geral Extraordinária**: (i) Deliberar sobre a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, para adaptá-lo às exigências da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), no âmbito do pedido de listagem e admissão de negociação de ações da Companhia na B3 e adesão ao segmento especial de governança corporativa denominado Novo Mercado. **3. Informações Gerais:** Consoante o artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, apenas as pessoas que comprovarem a qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável, poderão comparecer e participar da Assembleia Geral. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral, bem como a Proposta da Administração, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia, na página eletrônica de Relações com Investidores da Companhia (www.hbsa.com.br/ri) e na página eletrônica da CVM (http://www.cvm.gov.br), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, das regulamentações da CVM e do Acordo de Acionistas da Companhia. São Paulo, 24

Verde Serviços Internacionais S.A.
CNPJ/MF nº 19.749.561/0001-16

VERDE

Relatório da administração

Senhores Acionistas, Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A Verde Serviços Internacionais S.A. adota uma filosofia de investimento que se baseia em estudo e trabalho intenso de pesquisa e em um processo profundo de análises macro e microeconômicas com vieis fundamentalista, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Serviços Internacionais S.A. possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações entre as diversas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as informações relevantes sejam disponibilizadas para que os gestores possam tomar as melhores decisões. Em 31 de dezembro de 2019, a Verde Serviços Internacionais S.A. possuía R$ 5,56 bilhões de ativos sob gestão. ***Destaques do período:*** **• Receitas Operacionais:** Em 2019 as receitas operacionais auferidas pela Verde Serviços Internacionais S.A. passaram a ser compostas pelas: (a) Taxa de Administração, calculada sobre o valor do patrimônio líquido de cada Fundo e deduzida diariamente do patrimônio líquido de Fundo. O total da taxa de administração corresponderá a R$ 15.942 mil; e (b) Taxa de Performance, quando aplicável ao rendimento no Fundo, sendo equivalente a um percentual aplicável sobre a valorização da cota de cada Fundo que exceder 100% (cem por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de administração. O valor devido como taxa de performance é provisionado diariamente pelo Fundo, pago semestralmente em 30.06 e 31.12 de cada ano ou no resgate de quotas, o que ocorrer primeiro. No eventualidade das cotas apresentarem rentabilidade inferior à variação do índice de referência, ao final de um determinado período de performance, nenhuma taxa de performance será paga, até que seja compensada a diferença negativa entre a variação da rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no período corresponde a R$ 62 mil. **• Receita Financeira:** As receitas auferidas em 2019 totalizaram R$ 408 mil, sendo R$ 346 mil de despesas com Bradesco DI, com remuneração de até 101% do CDI e, também aplicação em fundo de renda fixa com rentabilidade atrelada ao CDI. **• Despesas Operacionais:** As despesas operacionais totalizaram R$ 8.954 mil, sendo R$ 2.172 mil referente a despesas administrativas, R$ 6.583 mil de despesas com pessoal, R$ 78 mil de despesas de depreciação e amortização e R$ 141 mil de despesas tributárias. **• Impostos:** Imposto de renda e contribuição social totalizaram R$ 2.487 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **• Resultado do Período:** Apresentou um lucro líquido de R$ 4.631 mil. **• Conjuntura Econômica:** A Companhia avaliou que os riscos e incertezas resultantes da propagação do vírus Covid-19 não resulta em evento econômico que tenha relação com a continuidade de seu negócio e/ou de estimativas contábeis, entretanto pode haver redução no patrimônio dos fundos de investimento causando impacto nos montantes de receitas de gestão e performance. **Auditoria independente:** Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram prestados a Verde Serviços Internacionais S.A. outros serviços pelos seus auditores independentes que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2019	2018
Circulante		**8.598**	**33.193**
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.954	31.244
Contas a receber	4	1.343	1.352
Outros créditos		22	502
Despesas antecipadas		279	95
Não circulante		**17.444**	**16.489**
Depósitos judiciais	7	17.376	16.343
Imobilizado	5	65	124
Intangível	5	3	22
Total do ativo		**26.042**	**49.682**

PASSIVO	Nota	2019	2018
Circulante		**5.949**	**30.793**
Contas a pagar		89	147
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	6.1	3.791	28.444
Obrigações fiscais	6.2	753	2.199
Dividendos a pagar	8.3	1.316	3
Não circulante		**17.572**	**16.368**
Provisão para contingências	7	17.572	16.368
Patrimônio líquido		**2.521**	**2.521**
Capital social	8	2.101	2.101
Reservas de lucros		420	420
Total do passivo e do patrimônio líquido		**26.042**	**49.682**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Verde Serviços Internacionais S.A ("Companhia") domiciliada no Brasil, com sede na cidade e no estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr. Nº 700 – 11º andar, constituída em 13 de fevereiro de 2014 é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem por objeto social: **i.** Exercício da administração de carteiras e valores mobiliários; **ii.** Gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas constituídos no exterior; **iii.** Execução de serviços de controle em geral correlatos à administração e gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas constituídos no exterior; e **iv.** Prestação de serviços de controle de risco de fundos de investimento e carteiras administradas constituídos no exterior. A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 17 de março de 2020. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas pela Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. **2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** a Companhia adotou as normas e interpretações que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019. A seguinte norma e interpretação é aplicável a Companhia: IFRS 16/CPC 06(R2) - "Arrendamentos", com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente inalterados. A Companhia avaliou os impactos da implantação deste CPC e concluiu que não haverá impactos relevantes. IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda" - essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CSS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incertezas sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Companhia avaliou os principais tratamentos fiscais adotados nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicáveis. Or equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.4. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 foram efetuadas utilizando o método prospective modificado. A Companhia avaliou os impactos da implantação deste CPC e concluiu que não haverá impactos relevantes. **2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, que se referem aos saldos junto às Instituições Financeiras e mensurados ao custo amortizado que compreende o "contas a receber de clientes". A classificação está alinhada ao modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e também nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia em 2018 e 2019 possui instrumentos financeiros classificados em nível 1. A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge. **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.5. Contas a receber:** As contas a receber compreendem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão dos fundos de investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. O prazo de recebimento é inferior a um ano, portanto, as contas a receber estão classificadas no ativo circulante. **2.6. Imobilizado:** Demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, a parte da entrada da Companhia em operação. O custo histórico inclui os gastos necessários para colocar o ativo para o uso pretendido pela administração. **2.7. Intangível:** As licenças de software adquiridas são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por impairment acumuladas. Todos os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil definida de 5 anos. **2.8. Imposto de renda e contribuição social:** São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as incluídas ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou excluídas de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A apuração do imposto de renda e da contribuição social corrente foi apurada com base no regime do lucro real. Os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável e quando o lucro futuro tributável estiver disponível para ser utilizado no momento da reversão das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.9. Capital social:** As ações do capital são classificadas no patrimônio líquido. Os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.10. Reconhecimento da receita:** CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes: Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1º de janeiro de 2018. Esta norma especifica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas completas. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que ou à medida em que a entidade cumprir uma obrigação de execução. O princípio básico do CPC-47 consiste em que uma entidade reconheça receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. A Companhia avaliou os impactos da adoção deste CPC e foi possível concluir que não houve impactos significativos nas receitas reconhecidas até 31 de dezembro de 2017, bem como a partir da adoção da nova norma em janeiro de 2018. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços de gestão de fundos de investimentos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e quando não existirem incertezas quanto à realização financeira, conforme descrição a seguir. **(a) Taxas de administração:** As taxas de administração são reconhecidas nos períodos em que os correspondentes serviços são realizados, em conformidade com os critérios de reconhecimento definidos contratualmente que em geral, refere-se a um percentual aplicado sobre o patrimônio líquido de cada fundo de investimento sob gestão. Os percentuais das taxas de administração são de até 2% ao ano. **(b) Taxas de performance:** As taxas de performance são reconhecidas contábil-mente quando, o retorno dos ativos sob gestão num determinado período pré-estabelecido nos regulamentos de cada fundo, ultrapassam certos referenciais de retorno (benchmark) ou outros referenciais de performance de acordo com o regulamento de cada fundo. Os períodos de apuração das taxas de performance são semestrais, enxergando-se, substancialmente, o fim junho e dezembro de cada exercício. **2.11. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras, com base no Estatuto Social. **2.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios abaixo: **(a) Ativos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização. **(b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **(c) Obrigações legais:** São derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	2019	2018
Receitas com prestação de serviços	9	16.004	73.246
(-) Impostos sobre prestação serviços prestados		(349)	(1.544)
Receita operacional líquida		**15.655**	**71.702**
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	10	(2.172)	(4.034)
Despesas com pessoal	11	(6.583)	(38.513)
Despesas com depreciação e amortização		(78)	(77)
Despesas tributárias		(141)	(131)
Resultado operacional		**6.710**	**28.947**
Receitas (despesas) financeiras	12	**425**	**1.777**
Resultado antes do IR e da contribuição social		**7.118**	**30.819**
IR e contribuição social do exercício	13	(2.487)	(10.699)
Lucro líquido do exercício		**4.631**	**20.120**
Ações do capital social no final do exercício		2.101.000	2.101.000
Lucro por ação do capital social no fim do exercício - R$		2,20	9,58

Demonstração do resultado abrangente - Exercício findo em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	4.631	20.120
Resultado abrangente do exercício	**4.631**	**20.120**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de lucros Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2017	**2.101**	**420**	-	**2.521**
Lucro líquido do exercício	-	-	20.120	20.120
Dividendos a pagar lucro líquido do exercício:				
Dividendos pagos	-	-	(20.125)	(20.125)
Dividendos a pagar	-	-	(3)	(3)
Em 31 de dezembro de 2018	**2.101**	**420**	-	**2.521**
Lucro líquido do exercício	-	-	4.631	4.631
Dividendos a pagar lucro líquido do exercício:				
Dividendos pagos	-	-	(3.315)	(3.315)
Dividendos a pagar	-	-	(1.316)	(1.316)
Em 31 de dezembro de 2019	**2.101**	**420**	-	**2.521**

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e da contribuição social	7.118	30.819
Ajustes: Despesas com depreciação e amortização	78	77
Provisão para contingências	1.204	2.153
Lucro antes do IR e da contribuição social ajustado	**8.400**	**33.047**
Redução em instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	12.059
Redução em contas a receber	9	7.839
(Aumento) em despesas antecipadas	(183)	(193)
(Aumento) Redução em outros créditos	480	(48)
(Aumento) em depósitos judiciais	(1.033)	(2.309)
(Redução) em contas a pagar	(58)	(8)
(Redução) em obrigações trabalhistas e previdenciárias	(24.653)	(10.588)
(Redução) em obrigações fiscais	(20)	(450)
Caixa gerado (aplicado) nas operações	**(17.058)**	**39.339**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.914)	(18.134)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(20.972)**	**21.202**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado/intangível	-	(8)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	-	**(8)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(3.318)	(35.825)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(3.318)**	**(35.825)**
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(24.290)**	**(14.631)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31.244	45.875
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.954	31.244
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(24.290)**	**(14.631)**

11. Despesas com pessoal: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2019	2018
Bônus e encargos	3.795	27.278
Benefícios	1.839	7.968
Proventos	1.861	7.663
Encargos	579	2.569
Total	**6.583**	**38.213**

12. Receitas (despesas) financeiras: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2019	2018
Rendimento de aplicações financeiras	432	2.906
Outras receitas/despesas	(24)	(1.034)
Total	**408**	**1.872**

13. Imposto de renda e contribuição social: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (nota 2.8), a Companhia foi tributada com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social devidos sobre os lucros tributáveis foram apurados conforme segue:

	Imposto de renda	Contribuição social 2019
Resultado antes da tributação	**7.118**	**7.118**
Adições permanentes	(613)	(613)
Adições temporárias	1.139	1.139
Resultado fiscal	**7.643**	**7.643**
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**7.643**	**7.643**
Imposto de renda (15%)	1.146	-
Imposto de renda - adicional (10%)	741	-
Contribuição social (9%)	-	688
Deduções por incentivos fiscais	(88)	-
Total	**1.799**	**688**

	Imposto de renda	Contribuição Social 2018
Resultado antes da tributação	**30.819**	**30.819**
Adições permanentes	1.831	1.831
Adições temporárias	70	70
Resultado fiscal	**32.720**	**32.720**
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**32.720**	**32.720**
Imposto de renda (15%)	4.908	-
Imposto de renda - adicional (10%)	3.248	-
Contribuição social (9%)	-	2.945
Deduções por incentivos fiscais	(410)	-
Total	**7.746**	**2.945**

14. Partes relacionadas: A Companhia é controlada pela Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., que detém 100% das ações ordinárias da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a companhia apresenta o saldo de adiantamento de lucro no montante de R$ 1.316 (2019 – R$ 3). A Companhia possui cotas do Fundo de Investimento "VGC FI Renda Fixa Referenciado DI", no valor de R$ 6.871, sem vencimento, administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e Verde Investidores Mobiliários S.A. O Fundo tem como essa operação foi de R$ 427 no exercício. **a) Remuneração do pessoal-chave:** A remuneração total do pessoal-chave da Administração, representado pelos diretores da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Total Remuneração	387	1.854
Encargos sobre o total da remuneração	77	321
Total	**464**	**1.985**

15. Fatores de riscos financeiros: Risco de crédito: O risco de crédito surge da possibilidade de perda devido à falha de pagamento de terceiros, dos valores contratados. A Companhia atenua os riscos de crédito aplicando o seu caixa em instituições financeiras de clara qualidade e/ou em títulos do Tesouro Nacional. **Risco de mercado:** O risco de mercado está relacionado com a possibilidade de perda/ganho devido às flutuações de preços dos ativos financeiros. A Companhia investe apenas em operações compromissadas indexadas ao CDI com liquidez diária e Letras Financeiras do Tesouro, ambos com baixíssimo risco de mercado. A receita gerada pelos fundos sob gestão da companhia está sujeita a variações dos preços de mercado. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é controlado para que não haja descasamento na liquidação dos direitos e obrigações da Companhia. O monitoramento diário é crucial para permitir que as transações sejam liquidadas de maneira oportuna e segura. A Companhia aplica seus recursos financeiros em operações compromissadas com liquidez diária e Letras Financeiras do Tesouro que possuem liquidez elevada no mercado secundário.

Diretores: Luis Stuhlberger | Pedro Falkui | Eleonora Colossi Cypel | **Contador Responsável:** Henrique Luiz Gonzaga - CRC 1SP256056/O-0

Synthesis

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Verde Serviços Internacionais S.A.**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Verde Serviços Internacionais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Verde Serviços Internacionais S.A. em 31 de dezembro de 2019, de seu desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relevantes com a sua continuidade operacional e o uso dessa base de contabilização na preparação das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realística para fazer o mesmo. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais, entre outras ações. Entendemos os controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados de circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2020
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP177241/O-0

Governo pede apoio de prefeitos para garantir abastecimento

A ministra da Agricultura, Teresa Cristina, e o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Galdemir Aroldi, se reuniram na quarta-feira (25), por videoconferência, para acertar medidas que garantam o abastecimento de produtos essenciais. O secretário-executivo adjunto do Ministério da Infraestrutura, Rodrigo Otávio da Cruz, também participou da reunião.

"A ideia é estreitar o diálogo com os prefeitos, a exemplo do que vem sendo feito com os estados, com a criação do Conselho Nacional dos Secretários de Transporte. O Ministério da Infraestrutura já conseguiu o consenso com os 26 estados e o Distrito Federal para garantir a livre circulação de cargas nas estradas e a manutenção de serviços essenciais", informou a pasta, em nota.

Nos próximos dias, o Conselho Nacional dos Secretários de Transporte deve publicar um texto regulamentando medidas no transporte rodoviário de passageiros.

De acordo com a CMN, a ministra Teresa Cristina pediu apoio dos representantes dos municípios para orientar os gestores locais nas ações que podem ser feitas para evitar o desabastecimento de alimentos nas cidades, especialmente em relação à safra de grãos, que será colhida os próximos meses. (Agenci Brasil)

Contas externas têm saldo negativo de US$ 3,9 bi em fevereiro

As contas externas registraram saldo negativo de US$ 3,904 bilhões em fevereiro, informou na quarta-feira (25) o Banco Central (BC). Em fevereiro do ano passado, o déficit em transações correntes (contas externas), que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda do Brasil com outros países, foi menor: US$ 3,334 bilhões. O resultado é o maior para meses de fevereiro desde 2018 (US$ 5,020 bilhões).

Segundo o BC, em fevereiro deste ano, comparado ao mesmo mês de 2019, a elevação de US$ 570 milhões no déficit decorreu da redução de US$ 154 milhões no superávit da balança comercial de bens, de maiores déficits nas contas de serviços (aumento de US$ 239 milhões) e de renda primária (US$ 224 milhões) e da elevação dos ingressos líquidos de renda secundária (US$ 47 milhões).

Nos dois primeiros meses do ano, o déficit em transações correntes chegou a US$ 15,784 bilhões, contra US$ 12,379 bilhões em igual período de 2019. Para esse período, é o maior déficit em transações correntes desde 2015 (US$ 19,415 bilhões).

O déficit em transações correntes nos 12 meses encerrados em fevereiro de 2020 somou US$ 52,9 bilhões (2,91% do PIB), ante US$ 52,3 bilhões (2,86% do PIB), em janeiro de 2020. Esse resultado em 12 meses é o maior desde dezembro de 2015, quando o déficit atingiu US$ 54,5 bilhões.

As exportações de bens totalizaram US$ 16,386 bilhões em fevereiro, aumento de 4% em relação ao mesmo mês de 2019. Na mesma base de comparação, as importações de bens aumentaram 6%, para US$ 13,868 bilhões. Na comparação entre os primeiros bimestres de 2020 e 2019, as exportações tiveram queda de 8,6% para US$ 30,887 bilhões, enquanto as importações aumentaram 2,9%, totalizando US$ 30,932 bilhões.

De acordo com o BC, a contração do saldo comercial, de superávit de US$ 3,728 bilhões no primeiro bimestre de 2019, para déficit de US$ 45 milhões em igual período de 2020 "determinou a ampliação do déficit em transações correntes no período".

O déficit na conta de serviços (viagens internacionais, transporte, aluguel de investimentos, entre outros) atingiu US$ 2,594 bilhões no mês, 10,2% superior ao resultado de fevereiro de 2019 (US$ 2,355 bilhões). O BC destacou o aumento na despesa líquida (descontadas as receitas) de aluguel de equipamentos, de US$ 937 milhões para US$ 1,454 bilhão, e a redução nas despesas líquidas (descontadas as receitas) de viagens, de US$ 760 milhões para US$ 403 milhões.

No caso das viagens internacionais, as receitas de estrangeiros em viagem ao Brasil chegaram a US$ 478 milhões, enquanto as despesas de brasileiros no exterior ficaram em US$ 881 milhões, o menor resultado desde fevereiro de 2016 (US$ 841 milhões).

Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, como as estatísticas divulgadas referem-se ao mês de fevereiro, e ainda não há impactos mais expressivos da pandemia do coronavírus. "A rubrica com impacto mais significativo parece ser a das viagens internacionais, com redução interanual de 12% nas receitas (estrangeiros viajando ao Brasil) e de 32% nas despesas (brasileiros viajando ao exterior)", disse.

Neste mês, até o dia 23, as receitas chegaram a US$ 335 milhões e despesas de US$ 570 milhões.

Em fevereiro de 2020, o déficit em renda primária (lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários) aumentou 6,1% na comparação com fevereiro de 2019, somando US$ 3,904 bilhões. Os gastos líquidos com juros totalizaram US$ 1,369 bilhão no mês, aumento de 35,3% na comparação interanual, com incremento de despesas e estabilidade nas receitas. As despesas líquidas de lucros e dividendos somaram US$ 2,545 bilhões, redução de 6,1% ante fevereiro de 2019.

A conta de renda secundária (renda gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens) teve resultado positivo de US$ 76 milhões, contra US$ 29 milhões em fevereiro de 2019.

Os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) somaram US$ 5,996 bilhões no mês, ante US$ 7,682 bilhões em fevereiro de 2019. De acordo com o BC, o fluxo foi composto por ingressos líquidos de US$ 2,336 bilhões em participação no capital e de US$ 3,660 bilhões em operações intercompanhia.

No primeiro bimestre, o IDP chegou a US$ 11,615 bilhões, ante US$ 13,510 bilhões de janeiro a fevereiro de 2019.

Nos 12 meses encerrados em fevereiro de 2020, o IDP totalizou US$ 76,7 bilhões, correspondendo a 4,22% do PIB (Produto Interno Bruto), em comparação a US$ 78,3 bilhões (4,28% do PIB) no mês anterior.

Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo.

Em fevereiro, a saída líquida de investimento em carteira no mercado doméstico somou US$ 3,358 bilhões, com saídas líquidas de US$

Senado está disposto a liberar verbas para combate ao covid-19

Os líderes partidários do Senado se reuniram no final da manhã de quarta-feira (25) para discutir as próximas votações. Ficou decidido que haverá uma votação nesta quinta-feira, para decidir a antecipação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Segundo o presidente em exercício do Senado, Antonio Anastasia (PSD-MG), há disposição dos parlamentares quando o assunto é liberação de verbas para o combate ao coronavírus.

"Eu observei dos líderes uma boa vontade de participar no combate à pandemia dentro das nossas limitações", avaliou Anastasia, em coletiva à imprensa após a reunião. "Toda necessidade de recursos que o governo tenha para combater a pandemia, é evidente que o congresso vai alocar, autorizar. Isso tem sido uma unanimidade", complementou.

Na quarta-feira estavam previstas três votações. A primeira é de um projeto que permite a utilização dos saldos dos fundos de saúde. O segundo projeto proíbe a exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil. Já a terceira votação decidirá se o estado de Alagoas poderá obter crédito do exterior, no valor de R$ 680 milhões. Os recursos se destinam ao financiamento do Programa Estrutura Alagoas.

Anastasia foi questionado sobre a posição do Senado em relação a uma redução temporária dos salários dos servidores, assunto que vem sendo proposto pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Ele evitou dar sua posição, explicando que poderia ser confundida com a opinião da presidência do Senado, mas afirmou que o momento é de "sacrifício". "O momento é de sacrifício generalizado. Não vou antecipar uma posição do Senado porque não a tenho. No momento que a matéria for pautada, for comunicada formalmente, vamos conversar com os líderes para termos uma posição unânime".

Anastasia também comentou a repercussãodo pronunciamento de terça-feira (24) do presidente Jair Bolsonaro. Vários políticos emitiram notas repudiando o pedido do presidente para que as pessoas voltem às ruas, com exceção apenas para idosos e doentes crônicos. Anastasia reiterou a posição expressa em nota ontem, assinada junto com o presidente Davi Alcolumbre, na qual considera "grave" a posição de Bolsonaro, mas hoje adotou um tom mais conciliador.

"A minha posição, como senador, é sempre na posição de consenso, equilíbrio, serenidade. Acredito que a necessidade para enfrentar uma crise desse tamanho é de convergência, de união de esforços. Não acho que é de apontar culpados, fazer reclamações. Acho que precisamos otimizar recursos da União, estados e municípios". (Agencia Brasil)

SP tem 48 óbitos e 862 confirmações de casos do novo coronavírus

O último balanço divulgado no final da tarde de quarta-feira (25) aponta que desde terça-feira, oito pessoas morreram no estado de São Paulo por complicações relacionadas ao novo coronavírus. Todos eles tinham idade acima dos 70 anos, com exceção de uma mulher de 52 anos, que tinha comorbidade. Com isso, somam 48 o total de óbitos por covid-19, a doença causada pelo novo coronavírus, no estado.

Segundo a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, todos os novos óbitos ocorreram na capital. As vítimas que tiveram a morte confirmada na quarta-feira pela doença são seis homens, com idades de 70, 72, 75, 80, 82 e 98 anos, e duas mulheres, de 52 e 87 anos. Do total de mortes registradas no estado, 45 ocorreram em hospitais privados.

A secretaria informou ainda que os casos confirmados de coronavírus no estado passaram de 810 [registrado na terça-feira] para 862, sendo 722 só na capital.

Brasil

O número de mortes decorrentes do novo coronavírus em todo o país chegou a 57, conforme atualização do Ministério da Saúde publicada na quarta-feira e 2.433 infectados. Pela primeira vez desde o início da pandemia, foram registradas mortes fora dos epicentros do surto no país, São Paulo e Rio de Janeiro. Falecimentos em razão da covid-19 ocorreram em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e no Amazonas. (Agencia Brasil)

SP vai construir hospital em 20 dias para casos de novo coronavírus

Diante do crescente aumento na demanda da rede pública de saúde no atendimento aos casos suspeitos e confirmados de COVID-19 no Brasil, a Prefeitura de São Paulo em parceria com empresas e o Hospital Israelita Albert Einstein vão construir um novo Centro de Tratamento para a COVID-19, com 100 leitos que atenderão o público exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Construído anexo ao Hospital Municipal M'Boi Mirim – Dr. MoysésDeutsch, na zona sul de São Paulo, onde o Einstein já é responsável pela gestão, a nova área terá seus primeiros 40 leitos entregues em apenas 20 dias. O total de 100 leitos será finalizado até 30 de abril. A unidade de saúde, posteriormente, será entregue à Prefeitura de São Paulo e passará a integrar a rede pública de saúde do município.

AAmbev vai contribuir na gestão do projeto além do custo da construção. A Gerdau oferecerá o aço e fará a montagem de estruturas metálicas. E o Hospital Israelita Albert Einstein vai colaborar com a gestão do atendimento.

O equipamento de saúde vai possuir uma capacidade de expansão para até 200 leitos. Aproximadamente 200 profissionais entre médicos e equipe multidisciplinar, que integram a equipe do Hospital Israelita Albert Einstein, serão deslocados para a nova unidade, que contará com atendimento 24h.

"Esse momento pede colaboração e união de esforços. Cada um deve fazer o que está ao seu alcance para, juntos, superarmos essa situação o quanto antes. Decidimos usar nosso conhecimento e expertise em gestão de projetos, que sabemos fazer bem, e nos unirmos à Gerdau e ao Einstein para entregarmos esse hospital com a agilidade e qualidade necessárias para o momento. Aproveito para convidar, neste momento, outras empresas que queiram aderir a este movimento do bem para aumentar a capacidade de leitos do País!", comentou o diretor-presidente (Chief Executive Officer - CEO, em ingles) da Ambev, Jean Jereissati.

"Neste momento da pandemia do novo coronavírus, reforçamos o nosso compromisso em colaborar com o sistema de saúde do nosso País, tanto na área pública como na privada, sempre com foco na segurança do paciente e excelência do atendimento, sem deixar a humanização de lado, afinal, é um momento em que é necessário atuar coletivamente", afirma o presidente da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein, Sidney Klajner. (Agencia Brasil)

Vice-presidente participa da primeira reunião do Conselho da Amazônia

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, participa da primeira reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal neste ano. O encontro trata de estruturação, estratégia e ações imediatas do conselho, que foi transferido por decreto presidencial no mês passado do Ministério do Meio Ambiente para a Vice-Presidência da República.

No meio da tarde da quarta-feira (25), Mourão publicou em seu perfil no Twitter apresentação que indica novas visões sobre a região. "A Amazônia pode gerar muita riqueza. Seu desenvolvimento industrial e tecnológico torna seu futuro ainda mais promissor", destaca a postagem.

Na mensagem, Mourão defende a união dos estados com o governo federal e assinala que o compromisso do conselho é garantir a proteção da Amazônia e que estimular seu avanço é essencial para o Brasil.

Desde a transferência do conselho, Mourão visitou oito governadores de estados que formam a Amazônia Legal. O conselho é formado por representantes de 14 ministérios e tem 13 competências descritas em decreto.

Uma delas é "propor políticas e iniciativas relacionadas à preservação, à proteção e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, de forma a contribuir para o fortalecimento das políticas de Estado e assegurar a ação transversal e coordenada da União, dos Estados, dos Municípios, da sociedade civil e do setor privado." (Agencia Brasil)

Sobe para oito número de mortos por coronavírus no Rio de Janeiro

Subiu para oito o número de mortos em decorrência do coronavírus no estado do Rio de Janeiro. A informação foi divulgada na quarta-feira (25) pela Secretaria de Estado de Saúde (SES). São mais dois mortos em comparação ao dia anterior. Os casos são de duas mulheres, moradoras do Rio, com 81 e 61 anos.

A capital lidera o número de pessoas mortas, com cinco vítimas. Os outros óbitos foram registrados nas cidades de Barra Mansa, Niterói, Miguel Pereira e Petrópolis, com uma morte em cada. Todas as oito pessoas eram idosas e tinham outras doenças ou problemas de saúde, também chamadas de comorbidades.

Em 24 horas, foram mais 65 casos confirmados, chegando a 370, divididos entre 12 municípios: Rio de Janeiro (331), Niterói (19), Volta Redonda (6), Petrópolis (3), São Gonçalo (3), Duque de Caxias (2), Barra Mansa (1), Campos dos Goytacazes (1), Guapimirim (1), Miguel Pereira (1), Resende (1) e Valença (1). Além disso, há dois estrangeiros contaminados. (Agencia Brasil)

Apelação de Cabral contra condenação vai à revisão no TRF2

A condenação em primeira instância do ex-governador Sérgio Cabral, referente à Operação Eficiência, será apreciada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). A apelação contra a decisão foi enviada na última terça-feira (24) para revisão, a cargo do desembargador Paulo Espírito Santo.

Após a revisão, haverá o julgamento do mérito da apelação, que poderá manter a decisão da primeira instância, do juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal, ou determinar outras medidas cabíveis no processo em julgamento. Porém, o ex-governador têm outras condenações e pedidos de prisão preventiva, o que deverá mantê-lo preso, salvo decisão jurídica em contrário.

A Operação Eficiência, realizada em 2017, é um desdobramento da Lava Jato com foco em crimes de lavagem e ocultação de dinheiro no exterior. Segundo a denúncia do Ministério Público Federal (MPF), o esquema teria enviado cerca de US$ 100 milhões, 1 milhão de euros e R$ 40 milhões para contas fora do país.

Além de Sérgio Cabral, também fazem parte da apelação a ex-primeira dama Adriana Ancelmo, os doleiros Marcelo Chebar e Renato Chebar, e os acusados de serem operadores financeiros do esquema, Carlos Miranda, Álvaro Novis e Luiz Carlos Bezerra.

Em seu despacho de remessa à revisão, o desembargador Abel Gomes sugere que a apelação seja pautada para julgamento juntamente com duas outras apelações, referentes à Operação Mascate, em que houve condenação por lavagem de dinheiro e fraude em licitações públicas do estado.

Por conta da pandemia de Covid-19, os tribunais brasileiros estão funcionando em regime de plantão até o dia 30 de abril, por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Até lá, não haverá sessões de julgamento presencial, mas é possível realizá-las virtualmente. As informações foram divulgadas em nota pela assessoria do TRF2. (Agencia Brasil)

Governador do Rio diz que isolamento está mantido no estado

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, disse que o isolamento da população está mantido no estado. A declaração foi feita em coletiva no Palácio Guanabara, sede do executivo, após a reunião por meio digital com o presidente Jair Bolsonaro, que estava em Brasília, e com governadores da região Sudeste. Ele pediu que no momento as pessoas fiquem em casa e continuem seguindo as medidas restritivas de circulação, porque somente assim, os mais velhos serão preservados.

A orientação do governador contrasta com o pronunciamento feito na terça-feira,a noite pelo presidente Bolsonaro. Witzel ponderou, no entanto, que como foi magistrado, sempre pautado em opiniões de especialistas, não caberia a ele abrir respeitosamente a divergência. "A política é feita do diálogo de convergências e divergências. Nem sempre vamos convergir e o espaço democrático é para se ter o debate. Não convergi com aquilo que o presidente falou ontem e fui de forma respeitosa [à reunião digital] assim como espero ser tratado sempre, levando em consideração que aqui não tomamos decisões desarrazoadas", afirmou.

"Espero que o presidente continue mantendo o diálogo e dando abertura para que os governadores falem de forma respeitosa aquilo que entendemos ser pertinentes. No momento não há espaço para abertura do confinamento e muito menos de afrouxamento das medidas que tomamos."

Witzel descartou também na coletiva divergências entre o estado e o município do Rio de Janeiro. Como exemplo de cooperação, lembrou que a prefeitura da capital cedeu um terreno onde será instado pelo governo estadual, um hospital de campanha.

Na área de saúde reforçou a instalação de seis hospitais de campanha com capacidade para 1200 leitos. De acordo com o governador, conforme avaliações dos técnicos do estado e do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, após o dia 4 de abril, será possível fazer uma análise mais precisa do achatamento da curva de contaminação pelo coronavírus no estado e da capacidade de hospitalizar os que estiverem em situação mais grave. Witzel destacou que se houver necessidade, podem ocorrer alterações nas medidas adotadas, sem no entanto, revelar se o isolamento pode ser reduzido.

"Estou otimista com o trabalho que está sendo feito e peço mais uma vez a todo o povo fluminense: fique em casa, observe aquilo que estamos determinando, porque nós no dia 4 de abril teremos condição de avaliar melhor e de poder fazer ajustes na nossa atividade produtiva. Não queremos quebrar as empresas, não queremos o Brasil exterminar empregos, mas queremos preservar vidas. É muito difícil imaginar se amanhã tivermos que escolher quem vive e quem morre", apontou.

Economia

Witzel disse que saiu otimista da conversa com o presidente da República, porque houve sinalizações do governo federal para propostas apresentadas por ele, como questões ligadas ao programa de recuperação fiscal do estado. Witzel disse esperar um apoio financeiro do governo federal para o enfrentamento ao coronavírus no Rio. "Saio otimista pela retomada do diálogo que de minha parte jamais cessou. Sempre busquei o diálogo com o presidente e saio otimista de ver que este diálogo retomou para o bem do Brasil e para o bem do estado do Rio de Janeiro", disse.

O estado, segundo ele, atravessa momentos difíceis na parte econômica, com duas crises atuais que são a do petróleo e a decorrente das medidas restritivas de circulação da população. "O Rio de Janeiro já apresentava um deficit de R$ 10 bilhões. Somados à crise do petróleo e à decorrente das restrições de circulação chegam a R$ 20 bilhões", completou.

O governador disse que manifestou a preocupação com esta situação ao ministro da Economia, Paulo Guedes, na reunião com o presidente Bolsonaro. Segundo Witzel, o ministro elogiou o governo do Rio por manter o compromisso com o leilão da distribuição de água e esgotamento sanitário da Cedae previsto para este ano. No encontro, o governador pediu a antecipação dos recursos que espera alcançar com o certame. "Em uma operação que nos permitisse ter fôlego para caminhar até o final do ano e poder retomar investimentos na nossa economia. Saio otimista porque o ministro Guedes sinalizou positivamente juntamente ao presidente Jair Bolsonaro", contou.

"São medidas que tomaremos juntos. A união de todos para vencer a crise é fundamental".

Mutirão

Ainda na coletiva Witzel anunciou a criação nos próximos dias do mutirão humanitário para atender a população em situação de pobreza extrema e de renda mais baixa. Inicialmente atenderá a 1 milhão de famílias com cestas básica. A logistica da distribuição que será feita com os municípios será divulgada em breve "Vamos priorizar as famílias que estejam em pobreza extrema. São famílias essencialmente chefiadas por mulheres que têm renda *per capita* de R$ 89 na pobreza extrema, de R$ 178 na pobreza e abaixo de meio salário-mínimo na baixa renda. Contemplaremos um milhão de famílias. Nesta primeira fase vamos atender as famílias da Baixada. Não esqueceremos e não deixaremos de atender o estado todo do Rio de Janeiro", disse, acrescentando que também serão atendidas nesta primeira fase, as famílias da cidade do Rio de Janeiro e de São Gonçalo, na região metropolitana.

"É importante destacar que faremos isso com cautela e sem aglomerações, seguindo orientação da Organização Mundial da Saúde e dos especialistas, com estratégica parceria com os municípios e as instituições da sociedade civil."

Witzel revelou que tem recebido "mensagens desesperadoras" de empresários fluminenses que estão sem uma luz no fim do túnel e acrescentou que junto com eles tem avaliado o tamanho da pandemia no estado ouvindo sempre os especialistas. Ele reconheceu que há dificuldades econômicas, mas acrescentou que algumas empresas ainda têm condições de ajudar os seus funcionários e aos que mais precisam. "Peço a todos união e que neste momento estejamos equilibrados para seguirmos a diante, vencendo as duas crises que se abateram sobre o nosso povo fluminense".

Caminhoneiros

Se dirigindo aos caminhoneiros, disse que liberou o funcionamento das lojas de conveniência nos postos de combustíveis instalados em estradas, porque a categoria costuma utilizar esses locais para se alimentar. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos